

ATA N.º 24/2020

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA
CÂMARA MUNICIPAL DE PENICHE,
REALIZADA NO DIA 06 DE JULHO DE 2020

Aos seis dias do mês de julho do ano dois mil e vinte, nesta cidade de Peniche, no Auditório do Edifício Cultural do Município de Peniche, sito na Rua dos Hermínios, com a participação dos Excelentíssimos Senhores Henrique Bertino Batista Antunes, Presidente, Ana Rita Trindade Petinga, Vice-Presidente, Mark Paulo Rocha Ministro, Filipe Maia de Matos Ferreira Sales, Manuel Quinta Martins Salvador, Jorge Manuel Rosendo Gonçalves e Rogério Manuel Dias Cação, Vereadores, reuniu-se, ordinariamente, a Câmara Municipal de Peniche, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

----- 1.º - Aprovação de atas de reuniões anteriores.-----

----- 2.º - Período de intervenção do público.-----

----- 3.º - Período de antes da ordem do dia.-----

----- 4.º - Ordem do dia: -----

----- Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística:-----

-----1) Empreitada de estabilização da arriba do portinho de areia sul – novo procedimento – prorrogação prazo - Pelouro do Planeamento e Urbanismo;-----

-----2) Pedido de licenciamento para alteração de armazém para arrecadação, para o prédio sito no Campo de República, em Peniche, apresentado em nome de Conventopen - Imobiliária e Construção, S.A. – Pelouro do Planeamento e Urbanismo;-----

-----3) Aceitar a cedência da área de 245,80 m², a desanexar do prédio urbano, sito na Rua Nova, n.º 7, em Atouguia da Baleia, apresentado em nome de Nuno Eduardo Faustino Rainha - Pelouro do Planeamento e Urbanismo;-----

-----4) Pedido de licenciamento para legalização de alteração e ampliação de moradia unifamiliar, para o prédio sito na Rua Ilha da Madeira, n.º 35, em Peniche, apresentado em nome de Ana Cristina da Conceição Pinto – Pelouro do Planeamento e Urbanismo;-----

----- Toponímia:-----

-----5) Atribuição do nome de Rua da Praia do Molhe Leste, a uma artéria da localidade de Peniche – Pelouro de Ligação às Freguesias;-----

----- Divisão de Obras Municipais:-----

-----6) Homologação de auto de vistoria para efeitos de receção provisória da empreitada de valorização paisagística do depósito funerário de catástrofe do naufrágio do navio *San Pedro de Alcântara* (Proc. 213.A1/OM) – Pelouro das Obras Municipais;-----

----- Protocolos:-----

-----7) Protocolo a celebrar entre o Município de Peniche e o Estado Português para a implementação do “Referencial de Educação para a Segurança, a Defesa e a Paz” – Pelouro da Educação;-----

-----8) Protocolo a celebrar entre o Município de Peniche, o Fundo Ambiental e o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P. para cogestão da Reserva Natural das Berlengas, no âmbito do Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto – Pelouro da Administração Geral;-----

-----9) Candidatura ao apoio financeiro para promoção de apoio à esterilização de cães e gatos de companhia - Pelouro da Proteção Animal;-----

-----10) Protocolo a celebrar com a Freguesia de Atouguia da Baleia para exploração da Zona de estacionamento de duração limitada (G) prevista no Regulamento Municipal de Parques de Estacionamento condicionado e de Zonas de Estacionamento de duração limitada no Concelho de Peniche, sita na Consolação – Pelouro das Freguesias;-----

-----Intervenção social:-----
-----11) Atribuição de talhões de cultivo da horta comunitária de Peniche para o ano de 2020 – Pelouro da Solidariedade Social;-----

-----12) Programa Municipal de Apoio ao Arrendamento 2019/2020 – Alteração ao valor (candidatura 2) – Pelouro da Solidariedade Social;-----

-----Educação:-----
-----13) Funcionamento das Atividades de Animação e Apoio à Família de crianças, na interrupção letiva da Educação Pré-Escolar – Pelouro da Educação;-----

-----Eventos de iniciativa municipal:-----
-----14) Prémios de Mérito Desportivo aos Jovens do Concelho de Peniche 2018/2019 – Pelouro da Juventude;-----

-----Equipamentos municipais:-----
-----15) Informação do Gabinete de Planeamento Estratégico, Estudos e Projetos, sobre o Gabinete de Apoio às Empresas (GAE) – Pelouro da Administração Geral;-----

-----Contratação de empréstimos:-----
-----16) Contratação de empréstimo para “Reabilitação das Muralhas de Peniche” - Pelouro das Finanças;-----

-----17) Contratação de empréstimo para “Passadiços para as praias da baía norte de Peniche – Cova de Alfarroba, Baía e Baleal Campismo” - Pelouro das Finanças;-----

-----18) Contratação de empréstimo para “Estabilização da arriba do Portinho da Areia Sul” - Pelouro das Finanças;-----

-----19) Contratação de empréstimo para a “Reabilitação do edifício da antiga central elétrica para Centro Cívico e Intergeracional de Peniche” - Pelouro das Finanças;-----

-----20) Contratação de empréstimo para “2.ª fase de requalificação do Fosso das Muralhas de Peniche e zona envolvente” - Pelouro das Finanças;-----

-----Documentos previsionais:-----
-----21) Alteração Permutativa ao Orçamento da Despesa, ao Plano Plurianual de Investimentos e ao Plano de Atividades Municipal, para o ano de 2020 (modificação 10) - Pelouro das Finanças;-----

-----Relacionamento Institucional:-----
-----22) Proposta de concretização do modelo de cogestão para o território da Reserva Natural da Berlenga, no âmbito do Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto – Pelouro da Gestão Ambiental;-----

-----Apoios diversos:-----
-----23) Atribuição de apoio financeiro à Associação Patrimonium - Centro de Estudos e Defesa do Património da Região de Peniche, para aquisição de mobiliário para a sede – Pelouro da Cultura;-----

-----Reuniões de Câmara:-----
-----24) Alteração ao Regimento da Câmara Municipal de Peniche.-----
----- 5.º - Aprovação da minuta da ata.-----

A reunião foi aberta, pelo senhor Presidente, eram nove horas e trinta e cinco minutos, encontrando-se na sala seis dos sete elementos que compõem a Câmara Municipal de Peniche.---
A reunião foi interrompida entre as doze horas e cinquenta e cinco minutos e as catorze horas e trinta minutos.-----

Estiveram presentes os senhores: Josselène Nunes Teodoro, Chefe da Divisão de Administração e Finanças, e Marina Viola, Assistente Técnica da Divisão de Administração e Finanças, durante toda a reunião, Paula Lavado, Chefe da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística, durante a apreciação e votação dos pontos um a quatro da ordem do dia, e Ana Carriço, Técnica Superior de Arquitetura Paisagística, durante a apreciação e votação dos pontos um a quatro da ordem do dia. Esteve, também, presente Margarida Gonçalves, Técnica Superior Jurista da Divisão de

Administração e Finanças.-----

RECONHECIMENTO DE IDENTIDADE E LEGITIMIDADE:

O senhor Presidente da Câmara deu conhecimento de que a senhora Vereadora Cristina Maria Luís Leitão e os senhores António Manuel Prioste Salvador, Júlio Alberto Silva Coelho e Susana Isabel Gonçalves Roquete, cidadãos que se seguiam na respetiva lista, comunicaram a sua ausência à reunião de hoje, ao abrigo e nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, e, encontrando-se presente na sala o cidadão imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista, senhor Manuel Quinta Martins Salvador do Partido Social Democrata, conforme exarado no Edital n.º 127/2017, de 31 de agosto, emanado pelo senhor Presidente da Câmara Municipal de Peniche, reconheceu a identidade e legitimidade do referido cidadão, pelo que passou, de imediato, a participar na reunião, nos termos do n.º 1 do artigo 79.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O senhor Presidente deu a palavra aos cidadãos presentes que manifestaram intenção de intervir, apresentando-se de seguida, de forma sumária, nos termos do n.º 6 do artigo 49.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, os esclarecimentos que foram solicitados e as respostas dadas:

Senhor João Barba:

-Disse que o assunto que o levava a estar na reunião de Câmara tinha que ver com a Marginal Norte e, considerando a demora na construção da nova estrada da Marginal, se deveria ponderar a hipótese de colocar na já existente a circulação de duas vias até à zona industrial e daí para a frente uma via de sentido único com um passeio marítimo a fazer toda a periferia da península que tem condições únicas e extraordinárias para o turismo de ambiente. -----

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

- Informou o munícipe que nos serviços está já elaborado tudo o que é preciso para se lançar a contratação do projeto de execução, está a ser contratado o estudo geológico para que seja dado o parecer definitivo da Agência Portuguesa do Ambiente, pelo que o concurso deverá ser lançado em breve. O projeto será, também e muito em breve, colocado à discussão pública, tal como decidido em reunião de Câmara, mas que terá de ser um processo bastante rápido uma vez que há a possibilidade de uma candidatura no valor de seiscentos mil euros, que para a totalidade da Marginal não é muito, mas é uma ajuda e poderá permitir o afastamento de uma zona mais preocupante e pelo menos isso está a avançar. Disse, ainda, que sem se saber se há ou não apoio não será apropriado estar a fazer mais investimentos e que se deverá perceber, pelo menos, com o que se poderá contar em termos de apoio resultante das candidaturas. -----

Senhor Vereador Filipe Sales:

- Saudou o munícipe e disse que a realocização do novo traçado da Marginal Norte foi uma questão debatida na reunião de Câmara anterior e foi decidido submeter a proposta à discussão pública. Disse que a intervenção terá de ser faseada e que quando se garantir financiamento terá de se priorizar alguns troços, nomeadamente os identificados pela Agência Portuguesa do Ambiente como áreas privilegiadas, nomeadamente a zona do Frei Rodrigo, atendendo ao risco. Afirmou que percebe que a intervenção do munícipe vai muito para além da magna obra da realocização do traçado podendo a criação de um trajeto, que garanta a segurança tanto rodoviárias como aos peões, na sua opinião, ser feita em articulação e que essa sugestão deverá ser facultada

aquando da discussão pública, pese embora possa ser eventualmente a opinião de muitos dos presentes. -----

Senhor Vereador Rogério Cação:

- Saudou a intervenção do munícipe e disse que já tinha falado acerca do assunto com o senhor João Barba há muito tempo, afirmando estar de acordo com o proposto, no essencial. Disse não ter dúvida que o novo traçado da forma como está pensado poderá resolver esse problema, uma vez que deixa a via atual para modos suaves. Afirmou que é da opinião que as intervenções nestes locais devem ser as mais minimalistas possíveis. Disse que o grande objetivo de se colocar esta questão à discussão pública é o de colher sensibilidades e que a solução definitiva deve ser encontrada rapidamente ao invés de encontrar uma solução provisória.-----

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

- Referiu que não esteve presente na última reunião, mas, efetivamente, não haverá muito tempo para alongar a discussão pública, caso contrário poderá não haver a possibilidade de se fazer o projeto de execução. -----

Senhor Vereador Filipe Sales:

- Acerca da questão de não se poder alongar muito a discussão pública sob pena de se perder o financiamento, disse que na reunião em que o senhor Presidente não esteve, a Câmara considerou que ganharia mais e seria uma melhor solução colocar o processo do estudo da realocação da estrada da Marginal Norte a discussão pública e não abdicará da mesma. -----

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

- Disse que não estava interessado na discussão política do assunto e o que lhe interessa mesmo é ver o processo feito e aproveitar as oportunidades. -----

Senhora Susana Rocha:

- Disse que pretendia colocar uma questão acerca do Restaurante da Berlenga que, como será do conhecimento de todos, está a ser alvo de obras. Nomeou as vezes que se dirigiu à Câmara e declarou ainda estar a aguardar uma resposta escrita às várias questões que colocou anteriormente, ou seja, pretende saber quando lhe farão chegar um registo escrito do que foi decidido ou deliberado, particularmente na reunião do dia 01 de junho. Perguntou ainda como poderá ter acesso à ata da reunião de Câmara desse mesmo dia. Referiu que, tendo em conta as condições climáticas, considera ser uma ótima oportunidade para se dar uma aceleração às obras de reabilitação do edifício, até porque o sol se põe às nove horas da noite. Acrescentou que continua a não existir a possibilidade de uma participação ativa nas obras, como proprietária que é, porque todas as sugestões que faz parece que não são bem interpretadas.-----

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

- Disse que, em relação à ata, quando estiver aprovada poderá requerer uma cópia, apesar da mesma se tornar pública a partir desse momento. No que se concerne à resposta, disse que se dependesse só de si teria chegado em poucos dias, mas a resposta terá de ser facultada pelo Gabinete Jurídico que está a estudar e a avaliar o processo que, posteriormente, terá de ser presente, para discussão, em reunião de Câmara e, então, haver uma deliberação de onde sairá a resposta que a munícipe solicitou. Quanto às obras, referiu que tudo está a ser avaliado pelos técnicos e seguido de perto. -----

Senhor Vereador Rogério Cação:

- Disse que há processos que não são fáceis de agilizar junto dos serviços para que as respostas apareçam em tempo, mas que percebe e compreende a situação da munícipe. Acrescentou que a

municípe não é a proprietária, mas a arrendatária e que não tem sombra de dúvida que, salvo um qualquer impedimento jurídico, as decisões tomadas em plenário serão cumpridas, reforçando o pedido da senhora Susana para que haja mais celeridade nas respostas.-----

Senhor Vereador Jorge Gonçalves:

- Acerca da relação entre a concessionária e a Câmara Municipal, disse que a Câmara não tem *know how* em matéria de restaurantes, de modo que considera que deveria haver uma maior articulação entre a concessionária, que explorará o espaço, pelo menos, por mais nove anos, e a Câmara Municipal. Afirmou que a última ata publicada no site do Município é de 04 de abril não se encontrando, ainda, disponível pela via digital a ata que a municípe pretende. Disse que, efetivamente, a 25 de maio ficou deliberado a suspensão do contrato até ao dia 28 de fevereiro de 2021 tendo a concessionária, já a 10 de junho, chamado a atenção para os mais de trinta mil euros de prejuízo decorrentes do encerramento. Disse, ainda, que o cronograma das obras não foi ainda apresentado.-----

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

- Referiu ter estado reunido com a senhora Chefe de Divisão e a responsável pelo Gabinete Jurídico onde partilhou o seu ponto de vista sobre este e outros processos, mas porque considera que este é um processo exigente julga que terá de ser o Gabinete Jurídico a assumir e a sustentar a resposta a dar à municípe. Afirmou que uma das preocupações quando iniciou o mandato foi perceber como estava a Berlenga e aqueles equipamentos. Lamentou a forma como a senhora Susana fala, porque dá a entender que nunca houve articulação com a Câmara, o que não é verdade, porque sempre houve uma disponibilidade e uma vontade muito grande para o fazer, tal como a própria sabe. Afirmou que os serviços estão empenhados em ser rápidos e que se espera conseguir ter os exteriores terminados no final do mês de outubro, mas poderá não ser fácil terminá-los. Quanto aos direitos da arrendatária, mesmo estando o contrato suspenso, não se irá pronunciar. -----

Senhor Vereador Filipe Sales:

- Disse que se está a falar de uma concessão municipal, sita na Berlenga, e que, objetivamente, o caderno de encargos, no ponto 5.7.2., refere que o município “*efetuará as reabilitações no edifício objeto do arrendamento no ano de 2020*” e ainda que “*após o encerramento da época balnear em 2019 o Município realizará a substituição do telhado do pavilhão*” e o que se verifica é que estes propósitos não se concretizaram. Disse que qualquer decisão que venha a existir não será tomada pelo Gabinete Jurídico, a decisão será sempre objeto de deliberação camarária, até porque o Gabinete Jurídico responde a questões jurídicas. Solicitou que fizessem chegar aos vereadores ainda no decorrer da reunião a lista das questões que foram colocadas ao Gabinete Jurídico para que possam perceber se há alguma que deva ser acrescentada ou retirada por não ser matéria de análise jurídica.-----

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino

- Disse que as questões colocadas pela senhora Susana serão respondidas e devidamente enquadradas, pelo conhecimento e pela opinião, não só da concessionária, como do Presidente, da engenheira que acompanhou todo o processo e até mesmo de alguns encarregados municipais, estando a reunião de trabalho relacionada precisamente com esse facto, por entender que as coisas têm de ser muito bem explicadas desde o princípio deste processo. Obviamente que pela abordagem que é feita na reunião de Câmara, que é, pelo menos, a terceira vez que abordam este assunto, há coisas que os senhores Vereadores dizem que terão de ser tidas em conta e só depois haverá decisões finais e, neste momento, é preciso deixar o Gabinete Jurídico fazer o seu trabalho para que o processo possa ser presente em reunião de Câmara.-----

Senhora Susana Rocha:

- Disse que tem em sua posse um documento, datado de 2005, que acompanhou o caderno de encargos do concurso do restaurante desse mesmo ano, onde é feito um levantamento de todas as lacunas do edifício na altura, onde se faz a descrição do que é preciso fazer, o material a usar e os custos. Acrescentou que era um documento deste género que precisa, porque tem de fazer outras coisas, nomeadamente um Plano de Incêndios, e que esta não é uma má relação com os técnicos, mas uma desinformação que a impede de realizar as coisas que lhe compete fazer, considerando aquele documento uma boa ferramenta que lhe permita identificar os trabalhos que vão ser realizados, desde que atualizado. -----

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

- Disse que se ponderou fazer um caderno de encargos para as obras, contudo depois da análise técnica concluiu-se que para esse feito seria necessário descascar todas as estruturas dos edifícios, e que se o técnico que trabalha com a concessionária entender que precisa de informações técnicas para realizar o seu trabalho pode marcar com a técnica municipal um atendimento, tal como o fez sempre que considerou necessário. -----

Senhor João Neves:

- Disse que gostava de fazer um enquadramento das questões que irá colocar. Nesse sentido, disse que consideram Peniche como uma terra de Resistência e de Liberdade e que têm de valorizar e sentir orgulho, como penicheiros, da importante contribuição que Peniche deu para a conquista da Liberdade e da Democracia. Afirmou que têm que tomar consciência desta realidade e valorizar este aspeto, pelos mais variados motivos, nomeadamente pelas importantes lutas que foram travadas no tempo do Fascismo, pelos pescadores, pelas conserveiras, pelos calafates, pela população. Pela intensa atividade que houve em Peniche da Oposição Democrática nas eleições do Humberto Delgado, do Norton de Matos em 1969 e 1973. Pela participação muito ativa de Peniche no III Congresso da Oposição Democrática. Referiu, também, a importância das atividades culturais desenvolvidas aqui em Peniche, quer pelo SICARP quer pela HUMUS, que em muito contribuíram para a elevação da consciência social e política dos seus participantes e que depois teve resultados na participação política de muitos deles. Acrescentou que, por outro lado, tendo em conta a particularidade de Peniche de termos tido aqui uma das prisões políticas do fascismo, sempre houve um grande apoio e uma grande solidariedade da população de Peniche para com os presos políticos e com as famílias dos presos políticos pelo que também será de valorizar este aspeto. Disse que está a ser feito um roteiro da Resistência e da Solidariedade em Peniche tendo sido já identificados 49 locais associados à repressão, à resistência e à solidariedade e acrescentou que este roteiro irá ser parte integrante do futuro Museu Nacional da Resistência e da Liberdade. Disse que se considera que há duas partes deste museu, uma no interior da Fortaleza e outra parte, a do exterior da Fortaleza a ser integrada no futuro museu e que tudo isto serão questões importantes que de valorizar. Disse que, por outro lado, Peniche sempre teve um carácter antifascista, tendo a própria PIDE sentido necessidade de abrir aqui um posto da para controlar, vigiar, perseguir e prender muitos antifascistas em Peniche. Disse que, no seguimento do que apresentou, o assunto que o trazia é o motim de Peniche, em que para além dos 62 mestres de barcos que foram presos, fruto da luta, foram presas mais 45 pessoas aqui em Peniche, apenas nesta luta. Disse que, como será do conhecimento do Executivo, no dia 13 de novembro de 1935 houve em Peniche uma revolta popular contra a repressão, contra a miséria e contra a fome que ficou conhecida como o “Motim de Peniche” ou a “Guerra das Espoletas”. Disse que esta luta foi uma das grandes lutas travadas a nível nacional nos anos 30 do século passado e que deve ser inserida, na luta contra o Fascismo, como uma das grandes lutas havendo, por isso, a necessidade de a valorizar muito. Afirmou que se pretende manter viva a memória histórica desta luta e assinalar os 85 anos desta ação, realizando para esse efeito três iniciativas em torno desta data e

destas comemorações dos 85 anos. Primeiro a realização de uma sessão histórica evocativa, segundo a edição de uma brochura sobre este acontecimento e, em terceiro lugar, a instalação e a inauguração, em novembro de uma escultura monumento que assinale este acontecimento e que, por outro lado, homenageie o pescador que foi assassinado nesta luta pela Guarda Nacional Republicana bem como a população de Peniche que se revoltou e que deu uma importante contribuição na luta antifascista. Disse que sabia que na última Assembleia Municipal tinha sido aprovado um documento de apoio a todas as iniciativas comemorativas dos 85 anos desta luta e que a moção/saudação foi aprovada por unanimidade por toda a Assembleia Municipal e citou o final da moção aprovada: *“Pretendemos manter viva a memória histórica desta luta e assinalar os 85 anos deste acontecimento. Assim a Assembleia Municipal de Peniche reunida no dia 30 de julho de 2020 decide apoiar todas as iniciativas que se venham a realizar em Peniche comemorativas dos 85 anos do Motim de Peniche ou Guerra das Espoletas.”* Disse que, no que diz respeito aqui à Câmara Municipal, a União dos Resistentes Antifascistas Portugueses – URAP – enviou dois documentos escritos, um deles dirigido ao Presidente e a todos os vereadores. Disse que se realizaram duas reuniões para discutir este assunto, mas que até ao momento, sendo esta a questão que pretende colocar, ainda não obtiveram resposta, não obtiveram nenhuma decisão por parte da Câmara Municipal relativamente às solicitações que fizeram. Disse que isto passa por uma decisão de todo o executivo e não apenas, na opinião da URAP, por uma decisão do Senhor Presidente da Câmara pelo que lançava assim um repto a todo o Executivo para a tomada de uma decisão que é necessário tomar relativamente a esta questão e que se torna necessária e urgente. Disse que acerca das solicitações que fizeram à Câmara a primeira será a definição exata do local onde deve ser erguido o referido monumento. Acrescentou que da primeira conversa que houve com a Câmara Municipal acordou-se que poderia ser no jardim da Prageira, que foi um dos locais da contenda desta luta, mas será necessário haver um pequeno projeto e isto passa por uma decisão da Câmara, passa por definir com a Câmara exatamente onde é que isto deve ser localizado. Uma segunda solicitação que a URAP colocou à Câmara Municipal foi o apoio para a instalação da própria escultura neste local, algum apoio técnico e que o terceiro aspeto, que é muito importante, é a contribuição financeira da Câmara Municipal de Peniche, que consideram ter de ser uma contribuição financeira significativa, para a escultura e para a edição da brochura. Afirmou que a exemplo do que se está a passar pelas outras Câmaras do país onde estão a ser erguidas esculturas e monumentos da preservação da memória em que são as Câmaras a participar e a financiar estes eventos. Assim, disse que o pedido que é feito não é muito grande à própria Câmara Municipal, mas que a URAP precisa de uma decisão rápida e urgente que consideram, inclusivamente que esta escultura poderá vir valorizar muito, do ponto de vista arquitetónico, escultórico, urbanístico Peniche, porque é uma escultura de um dos principais pintores-escultores do nosso País o José Santa Bárbara e que Peniche ficará mais enriquecido com esta escultura. Disse que pediam uma decisão urgente porque, se fosse possível, pretendiam inaugurar a escultura numa data próxima dos 85 anos, ou seja em novembro deste ano. Disse que a empresa que foi auscultada para fazer esta escultura diz precisar de 3 a 4 meses para a sua concretização. Afirmou que se está já no mês de julho e que, até ao momento não há decisão da Câmara relativamente a isto. Disse que a URAP está, também, a fazer uma subscrição pública, a contactar outras entidades para contribuírem para a escultura e que aquilo que é pedido à Câmara é apenas uma parte significativa para que isto possa ser concretizado. Por isso, esta é a questão que colocamos. Decisão urgente, decisão rápida. Disse que a URAP não irá avançar com esta iniciativa da escultura se não tiver cobertura financeira, pelo que a decisão da Câmara é de fundamental importância para poderem avançar ou não. Disse que aquela é uma decisão que tem de ser tomada pela Câmara e que se a Câmara decidir favoravelmente avançar-se-á com a escultura, se a Câmara disser que não, isto não se irá concretizar, mas terá de ser a própria Câmara a assumir a responsabilidade política de, efetivamente, não dar resposta a esta solicitação. Terminou dizendo que para já era esta a questão que queria colocar, com muita urgência. -----

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

- Disse que a decisão nunca é do Presidente é da Câmara, até porque, obviamente, uma decisão destas, por várias razões, seria sempre do Município. Afirmou que na reunião em que esteve presente, disse o que pensava e que colocou a questão da disponibilidade financeira até porque este ano e próximo serão anos de maior exigência para o Município, relacionada com os fundos comunitários e com outras coisas que se tem feito. Acrescentou, ainda, que colocou em questão o apoio dos nossos trabalhadores, uma vez que as frentes são muitas e alguma coisa fica para trás. Confessou ter sido apanhado de surpresa na comemoração de um facto histórico da resistência em Peniche e porque julga que situações destas deveriam ser comemoradas aos 50 anos, aos 75 anos eventualmente, aos 25 e aos 100, mas que comemorar os 85 lhe parecia estranho. Disse que, ainda que conheça a intenção da localização, não tem conhecimento do valor financeiro envolvido e que se se tratar de um valor financeiro exigente não estará de acordo que se trata de uma questão da sua consciência, uma questão daquilo que entende ser prioritário no momento. -----

Senhor João Neves:

- Disse que o estranho é o senhor Presidente não conhecer o projeto, porque a par dos documentos que foram enviados, foi enviada também a escultura que se pretende para o mesmo e que toda a gente na sala conhece qual é a escultura e o projeto que se pretende. Disse que é necessário reunir com os técnicos da Câmara, discutir e ver exatamente qual é o projeto de localização do monumento para poder trazer à reunião de Câmara e que este passo não foi feito. Disse que quanto à contribuição financeira foi feita uma proposta concreta na última exposição que foi enviada para a Câmara, pelo que se conhece, efetivamente, o que é que se pretende. Disse que pretendem que em vez da contribuição integral este ano, o valor possa ser dividido em dois anos, tendo em conta as dificuldades financeiras que são à partida colocadas. Disse que a questão financeira é sempre uma questão política que não deve servir de escape absolutamente para nada, ou há ou não há interesse político de valorizar uma importante luta que efetivamente foi travada aqui em Peniche, até tendo em conta o passado histórico do Senhor Presidente da Câmara como dirigente sindical, como uma pessoa que lutou pela Liberdade e pela melhoria das condições de vida dos pescadores poderia haver uma mudança de comportamento, de abertura para que estas decisões possam ser decididas favoravelmente. -----

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

- Declarou que o passado é o seu e o assumo como o seu passado, mas que não se trata do passado, mas de oportunidade. Disse que não entendeu, e aproveitava para solicitar esclarecimentos, não entendeu o que foi proposto como um projeto, mas como um esboço, uma possibilidade, porque se se trata de um projeto temos que o discutir, deverá vir a reunião de Câmara. Acrescentou que não tem de estar de acordo com o senhor João, que respeita as maiorias, mas que também gostaria de ser respeitado, também tem opinião e o direito a ter opinião. Disse que não é por ter o passado que tem que terá de aceitar todas as posições que entendam colocar. -----

Senhor Vereador Rogério Cação:

- Disse que fez uma proposta sobre este assunto na reunião da semana anterior e que a proposta ia no sentido, não só de subscrever o evento, porque o considera importante porque devíamos ser capazes de vincar as memórias do passado de luta da nossa gente. Nesse sentido, afirmou que a proposta foi para que viesse à Câmara uma proposta concreta, com as análises todas feitas, porque obviamente, para si, nem sequer merece discussão a importância de tal evocação. Disse que subscreve a proposta da URAP, mas que considera que tem de ser estudada, que tem de ser ajustada àquilo que sejam as possibilidades, mas que, na sua opinião, tem de ser concretizada. Afirmou que ficaremos muito mal na fotografia se deixarmos passar este evento. Disse que se perguntou

porque é que não foram celebrados os 50 anos ou 75 ou os 25 e afirmou que provavelmente isso se deve ao facto de nunca ninguém ter valorizado este episódio histórico como deveria, acrescentando que quem está mal não são aqueles que agora querem celebrar, mas aqueles que não celebraram antes. Afirmou manter a proposta que fez e subscreveu a necessidade de, rapidamente, se tomar uma decisão, pelo que se a maioria decidir em conformidade com esta proposta da URAP teremos de estudar posteriormente a concretização prática da mesma, nomeadamente o local, os meios de financiamento, eventos a realizar e publicações a fazer.-----

Senhor Vereador Jorge Gonçalves:

Disse que quando o vereador Rogério apresentou a proposta o silêncio foi um consentimento, foi o estar de acordo com a proposta que foi apresentada. Afirmou que os membros da Câmara não conhecem a memória descritiva, conhecem apenas aquilo que receberam via e-mail o que não passa de um esboço, de uma possível solução para um monumento. Portanto, afirmou não ter a memória descritiva, nem o valor que poderá estar em jogo na concretização do monumento. Acrescentou que, de qualquer forma, como disse o senhor vereador Rogério, o que é importante é que isto se trabalhe e que num espaço curto de tempo haja uma discussão no executivo da Câmara relativamente a esta proposta em concreto. -----

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

- Disse ao Vereador Rogério que não põe em causa o facto de se equacionar erigir um monumento, mas que a situação financeira é a que os senhores vereadores sabem e que se todas as propostas que nos fazem, tiver de ser a Câmara a assumir o financiamento substancial do que nos propõem a exigência passará vez é maior e que depois dizem que eu ele é que é um mau gestor por não equilibrar as contas. Disse que entendo que, e foi isso que disse desde a primeira hora ao senhor João Neves, que a URAP teria de resolver o problema em termos financeiros e que o resto, em termos de execução da obra, teríamos de avaliar. Declarou que quando referiu que não havia projeto era exatamente o que o senhor vereador Jorge mencionou, que se trata de um esboço e não é projeto, porque não tem nada a ver com um projeto final e é isso que terá de ser avaliado. Disse que não fará nunca uma proposta financeira sem ser consensualizada em reunião de Câmara e que pelos valores e falados para além de não fazer a proposta votará contra se foram valores daquela natureza. Terminou dizendo que assume como sempre assumiu, mesmo que seja sozinho. -----

Senhor Vereador Filipe Sales:

- Agradeceu à URAP a sua presença na reunião na pessoa do João Neves e na sua intervenção. Confessou que só depois de receber o e-mail foi fazer uma pesquisa aprofundada para perceber todo o enquadramento deste acontecimento importante na luta da resistência ao fascismo, contra a repressão, contra a miséria e a fome. Disse reconhecer a pertinência que teve aquele momento na história daquilo que viria a ser a nossa Democracia dos tempos modernos. Disse que a Assembleia Municipal aprovou um conforto a todas as iniciativas que se possam realizar subordinadas ao 85º aniversário o que fazia todo o sentido. Disse não ter dúvidas quanto à pertinência de assinalar o 85.º, o 86.º, porque todos os anos todas estas efemérides devem ser comemorados, contudo, afirmou que estamos a viver uma crise para além da de saúde pública, uma crise económica e que do ponto de vista social cada vez mais existe, e provavelmente cada vez mais vai existir, gente precisar de apoio social. Confessou que na proposta apresentada diz: «*Colaboração no custo do monumento e da brochura com uma contribuição para a qual propomos um valor de 25 mil euros.*» e que, com toda a franqueza, discordava. Discordava porque, no tempo que corre, não parece ser oportuno a Câmara Municipal que tem poucos recursos ir gastar 25 mil euros nas ações propostas. No entanto, disse que quanto a esta iniciativa em si a subscreve e que faz todo o sentido lembrar para não esquecer. Disse que o Partido Social Democrata é representado por si e pela vereadora Cristina e que não consertaram esta questão, mas que numa lógica de frontalidade devem

assumir as suas posições e, numa lógica de frontalidade, deve assumir a sua convicção, pelo que se a proposta apresentada pelo Senhor Presidente for no sentido, que já manifestou que não será, de atribuição destes 25 mil euros não será favorável à sua aprovação. -----

Senhor Vereador Rogério Cação:

- Disse que se trata naturalmente de uma questão de convicções, não necessariamente partidárias, mas convicções políticas na verdadeira essência das mesmas. Disse que se acredita ou não, que se quer evocar ou não. Manifestou a sua concordância com o que foi exposto pelo senhor Vereador Filipe Sales relativamente à necessidade de sermos ponderados nos investimentos que a Câmara faz, mas que ainda não se está a discutir nenhuma proposta. Disse, ainda, que mal da comunidade que se deixe amarrar pelas dificuldades e que esqueça todas as outras vertentes, a história, a cultura, o bem-estar das pessoas, a fruição, o desporto. Afirmou que teremos de ser capazes com criatividade, com generosidade, com frontalidade de continuar a celebrar aquilo que é celebrável nas nossas vidas e nas nossas comunidades com a ponderação devida e que se deverá pôr tudo isso em cima da mesa. Declarou que se está a discutir já as questões concretas e que, em devido tempo, a Câmara avaliará se poderemos ou não equacionar uma despesa da natureza que nós se entenda ser possível realizar e depois em articulação com a URAP definir o que se pode fazer, exemplificando com uma publicação que possa apoiar a iniciativa. Disse admirar a frontalidade do senhor vereador Filipe que foi inequívoco ao dizer que não apoia, tal como ele próprio foi claro e inequívoco ao dizer que apoiava o projeto e, acrescentou que considera que a Câmara tem de aprofundar a questão e tomar a decisão que a maioria entender.-----

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

- Reafirmou o que disse anteriormente. Disse que, em relação ao que o senhor Vereador Filipe Sales referiu, para as prioridades, obviamente que terá sempre que haver dinheiro, mas que, quanto à questão que está em presença entende que, primeiro, numa próxima reunião a Câmara deva abordar a situação e que não será um drama discutir este assunto, pois todos deverão ter uma opinião e será necessário ver a possibilidade de uma consensualização. Declarou que já partilhou a sua opinião sobre os valores o projeto, que gostaria de ter o projeto para, a partir daí, avaliar se poderá ou não haver propostas alternativas em termos de localização, sem pressões exageradas. -

Senhor João Neves:

- Manifestou a sua satisfação para com a sugestão que feita pelo Executivo de, na próxima reunião, voltar a partir pedra relativamente ao assunto. Disse que a questão que colocava era sim ou não, haver uma reunião de trabalho entre a URAP e a Câmara Municipal, onde se pudesse voltar a discutir, a trabalhar e ter algumas ideias relativamente ao andamento desta situação, para que efetivamente se pudesse ver o que seria possível consensualizar para uma proposta a ser apresentada à Câmara. Disse que era questão que punha.-----

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

Disse que não irá adiantar mais nada sobre este assunto sem antes falar com os restantes membros da Câmara. -----

Senhor Bruno Monteiro:

- Apresentou-se como representante de três operadores marítimo-turísticas de Peniche e que se dirigiam à Câmara apenas para reclamar de uma posição da autarquia que consideram incorreta, injusta e infundada e que os prejudica em relação a outros operadores marítimo-turísticas que operam na marina de Peniche. Disse que, como era do conhecimento do Executivo, a Docapesca abriu, a seu pedido, um concurso para a colocação de uma ilha para a venda de bilhetes e que tudo corria bem até a Câmara ter enviado um ofício a dizer que não concordava com a localização

proposta para o edifício. Afirmou que a localização a sua proposta lhes parece mais propícia à captação de clientes e que a construção é mais simples naquele local do que no local proposto pela Câmara Municipal em ofício onde se lê que “após ter ouvido alguns operadores e tendo em conta a opinião da associação dos mesmos, decidimos expressar que a localização de um novo quiosque deverá situar-se a nascente dos já existentes na Ribeira Velha.” Perguntou porque motivo foram os operadores concorrentes e a associação a decidir a localização do novo quiosque e se a Câmara os está a proteger. -----

Senhor Joaquim Viralhadas:

- Disse que o plano de localização de bilheteira sempre foi falado a norte e que ficou surpreendido com o atual parecer da Câmara em querer que a construção seja feita a nascente. Afirmou que a construção e a sua dificuldade, bem como o envolvimento financeiro exigido é muito maior a nascente por se tratar de uma construção na junta de dilatação entre o cais sobre estacas e o cais aterrado. Demonstrou a sua disponibilidade dentro das suas capacidades técnicas para ajudar e que passados dez meses mantém-se tudo na mesma quando não foi pedido qualquer envolvimento financeiro à Câmara. -----

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

- Disse que a Câmara tenta procurar conhecer as sensibilidades e neste processo a questão não é técnica, mas de sensibilização. Afirmou que, primeiro, foi erradamente utilizado o argumento de que a Câmara tinha dado parecer favorável para aquela localização e isso nunca aconteceu, porque o assunto nunca veio a reunião de Câmara. Segundo, disse, um dos representantes da Associação, numa reunião, colocou essa questão e o Executivo Municipal no seu conjunto foi sensível a esta situação tendo ficado decidido que o Presidente deveria transmitir essa opinião da preferência da construção do quiosque nascente em vez de o ser a poente, ainda assim a decisão final não é do Município, mas da Docapesca que costuma solicitar o parecer à Câmara. Declarou que era importante para a Docapesca, para o Município e mesmo para os operadores que se organizassem e tivessem uma voz única, maioritária e representativa. Afirmou que para a Câmara não haverá grande diferença que seja construído a nascente ou a poente, que o problema é mesmo entre os operadores e que, na sua opinião o que deveria ser equacionado seria mesmo uma remodelação de toda aquela zona, mas que isso só poderá ser equacionado depois da concretização da descentralização de competências. -----

Senhor Fernando Leitão:

- Disse que, pelo que percebeu, a opinião da Câmara foi construída tendo em conta apenas a opinião dos outros operadores porque não vê qualquer dificuldade que a ilha seja construída a poente. -----

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

- Disse que o senhor Fernando Leitão se precipitou nas conclusões que tirou, porque o que transmitiu foram coisas diferentes, nomeadamente que para o interesse do Município não faria grande diferença que o quiosque fosse feito a nascente ou a poente, mas que isso criaria problemas de consensualização entre os operadores. Disse que a Câmara foi sensível à presença do representante da Associação e que talvez se possa proporcionar a realização de uma reunião com todos os operadores para estudar, manifestando abertura para todas as soluções. -----

Senhor Fernando Leitão:

- Disse que primeiramente a decisão da Docapesca foi a da construção ser efetuada a norte, mas a Docapesca recuou porque não quis ir contra o ofício enviado pela Câmara, numa altura em que o concurso já estava a decorrer. Disse que a construção de mais duas ilhas a poente, uma para venda

de bilhetes e outra para cafetaria, faziam parte do projeto original da Docapesca o que acabava por ser a concretização do projeto original para a zona, mas o processo foi travado pela Câmara quando já tinham tudo delineado e decidido. -----

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino

- Disse que muitas vezes a Docapesca pede parecer prévio, mas que nesta situação a Docapesca não solicitou parecer à Câmara Municipal.-----

Senhor Vereador Rogério Cação:

- Disse que percebe, nestes debates mais emotivos, que se levantem questões que colocam em causa o interesse, a idoneidade e até o critério aquando da tomada de decisão e que, tal como referido pelo senhor Luís, ele próprio não percebe nada das questões técnicas em causa, mas, acrescentou que, não pode admitir que sejam questionadas as decisões tomadas em consciência. Afirmou que apenas toma decisões em função das informações que lhe são disponibilizadas e que gostava que isso ficasse claro, manifestando-se sensível aos argumentos apresentados hoje e que esta informação eventualmente poderá levá-lo a decidir noutro sentido. Declarou que foi produzida mais informação e que, da sua parte, subscreve a proposta do senhor Presidente de se poder analisar esta questão com a maior rapidez e serenidade e, eventualmente se houver matéria que permita que se tome a decisão num outro sentido pois então que se tome.-----

Senhor Vereador Filipe Sales:

- Agradeceu a questão colocada. Disse que a única vez que a Câmara se pronunciou sobre um quiosque foi no dia 20 de agosto de 2019 e era para um quiosque amovível e que depois se decidiu que a Câmara não era favorável àquela solução provisória. Acrescentou que a partir daí ainda não foi solicitado um parecer à Câmara, que tomou conhecimento que o assunto estava em cima da mesa pelo edital da Docapesca e que o senhor Presidente enviou um email à senhora Dra. Teresa Coelho a solicitar o processo para apreciação a 21 de abril de 2020. Disse que ainda não foi pedido à Câmara, pela Docapesca, que se pronuncie sobre este assunto e que desconhece o último mail que o Presidente terá enviado à Docapesca e que a Câmara não se deve escudar com o que a Associação ou um promotor nos fez chegar, ainda que a decisão a tomar possa não ir ao encontro das pretensões destes munícipes. -----

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

- Disse que sem querer aprofundar muito a questão, o assunto foi debatido em reunião de Câmara e que isso está gravado, ainda que não fizesse parte da Ordem de Trabalhos e que o que ficou consensualizado foi oficiar a Docapesca nesse sentido. Afirmou que o que está no mail não foi o Presidente que inventou, mas a Câmara e que até a própria referência do parecer da Direção Geral do Património Cultural foi sugerido por outra pessoa e não por si. Acrescentou que a conversa foi tranquila, que não foi suscitada pela Docapesca, mas que estiveram efetivamente a analisar o caso e que decidiram que deviam transmitir essa opinião à Docapesca e, ainda, que o Presidente o deveria fazer o mais rapidamente possível. -----

Senhor Vereador Jorge Gonçalves:

- Disse que, na realidade, a Docapesca nunca pediu um parecer à Câmara Municipal e que ao consultar a ata da reunião de Câmara do dia 20 de abril pode-se ler que a questão foi introduzida pelo senhor Presidente da Câmara, ainda que não do ponto de vista formal porque não fazia parte da Ordem de Trabalhos. Deu conta que foi daqui que surgiu a ideia de construção de um módulo, como a melhor solução, contrariamente à estrutura amovível sugerida em 2019. Disse que se a Docapesca quer um parecer que faça o pedido à Câmara e envie os documentos que tem relativamente àquele espaço, porque se o plano de expansão para o local existe deve ser dado

cumprimento ao plano, tal como a informação da existência da junta de dilatação no cais é um dado novo e que face a estes novos elementos também poderemos emitir outra opinião e partilhar com a Docapesca, que no fundo e em seu entender é a única culpada desta situação.-----

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

- Disse que a introdução deste assunto na reunião de Câmara não foi por sua autoria, que como todos se devem lembrar todos receberam a certa altura um email da Associação e foi em função desse mail que a discussão foi suscitada. Acrescentou que o que consta na ata não passa de um resumo do que aconteceu, mas que existem as gravações e já se tem socorrido algumas vezes dessas gravações.-----

Senhor Vereador Filipe Sales:

- Quanto à questão de a Câmara não ter sido envolvida no processo por parte da Docapesca, souberam posteriormente, a questão foi colocada em reunião de Câmara e que toda a gente assumiu que fazia sentido a implantação de um novo módulo a nascente, porque do ponto de vista técnico não havia nenhum impedimento. Contudo, acrescentou, nada é irrevogável e que se ficar provado que do ponto de vista técnico não é possível cá estaremos para reavaliar. Frisou o facto de aquela matéria não ter ido à Câmara para obter um parecer, porque se assim fosse os serviços avaliariam a questão técnica e acrescentou que considera que a própria gestão do espaço deveria ser feita de outra forma o que será uma oportunidade para a Câmara quando se concretizar a transferência de competências para o Município. -----

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

- Disse que o Executivo na altura da proposta da estrutura amovível entendeu que o interessante seria aproveitar a oportunidade para fazer uma estrutura semelhante às existentes no local, sendo o provisório interessante para uma situação em que se pudesse reabilitar todas as estruturas existentes. Agradeceu, em nome da Câmara, terem vindo colocar a questão da localização e que se os vereadores entenderem vão fazer a avaliação e, posteriormente, comunicar a decisão. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DA CÂMARA MUNICIPAL:

Usaram da palavra os seguintes membros da Câmara: -----

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

- Disse que, em relação à Covid-19, ultrapassada a fase inicial chegámos aos zeros casos, depois começámos a ter positivos e a partir de 09 de junho, altura em que tínhamos 09 positivos, até ao dia anterior em que já tínhamos 26 casos. Acrescentou que não sendo uma situação tão grave como a de Caldas da Rainha, Alcobaça e Alenquer, a tendência neste momento é para ir acentuando o número de recuperados e a estabilização do número de casos ativos. Transmitiu que algumas ocorrências o deixam preocupado, com a vinda de mais de trezentos pescadores do Norte, que pelas suas práticas e comportamentos induzem alguma preocupação. Disse que, felizmente, não tem havido consequências, mas que se trata de uma situação preocupante, havendo por isso a necessidade de avaliar estas ocorrências e a evolução desta situação para depois se poder definir que tipo de Fundo Municipal de Emergência se poderá criar e a definição dos objetivos do seu uso. Transmitiu que os contactos entre a Proteção Civil, o Delegado de Saúde e outros agentes de saúde são diários. Comunicou que tem havido alguma dificuldade de acesso aos cuidados de saúde de migrantes à espera de legalização, principalmente quando há suspeitas de estarem infetados e que

esta questão será colocada ao Secretário de Estado que coordena esta área e com quem reunirá ainda no decorrer da semana.-----

- Informou que vai apresentar uma declaração escrita sobre o exercício de funções das senhoras Chefes de Divisão que terminaram a 30 de junho. Informou, também, que o engenheiro Nuno Cativo pediu a não recondução do cargo, sendo que a sua Comissão de Serviço acabará em setembro, pelo que, vamos abrir um procedimento para o concurso de Chefia para a Divisão de Energia e Ambiente. -----

- Deu conta que serão apresentados os novos Chefes de Divisão naquele mesmo dia, mais concretamente a Arquiteta Paula Lavado e o Arquitecto Miguel Carvalho, porque a Dra. Josselène Nunes o Executivo já conhece. -----

- Referiu que na semana anterior reuniu com o Diretor-Geral da Direção Geral do Património Cultural e o cerne da avaliação tem muito a ver com a Fortaleza, foi comunicado que o processo está atraso e ainda que perspetivem que o museu possa abrir em abril, não acreditam que seja uma forte possibilidade, mas que não há certezas. Disse que procurou transmitir os acordos e os compromissos assumidos com a anterior Diretora-Geral e sugeriu que se trabalhasse num protocolo para assentar essa articulação e, perante a concordância do diretor, sugeriu que o Dr. Rui Venâncio apresentasse uma proposta de protocolo. Para além disso, informou que se falou na questão do Campo da República, da posição que a Direção Geral tem em relação à festa, que lhe transmitiu que este ano o espaço não seria utilizado, mas que seria no próximo ano, face ao atraso da obra do museu e face ao atraso da Câmara noutros objetivos que colidem com a festa. Disse que falaram do desenvolvimento do processo, ao qual também a Direção-Geral já deu parecer e da informação do Presidente que se refere à possibilidade de parte das intervenções poder ser realizada por empreitada e outra parte por administração direta. Comunicou que questionou acerca de outros pareceres que foram solicitados pelo Município, nomeadamente, um que tem a ver com pequenas intervenções nas escadas e rampas no Fosso da Muralha. -----

- Em relação à venda ambulante no Baleal, disse que mantinha a mesma posição que manifestou na reunião com a Junta de Freguesia, nomeadamente, a de haver, este ano, alguma tolerância para com os vendedores, que não se exigisse grandes investimentos e que pudessem melhorar as condições de venda, mas sem soluções muito exigentes que em termos financeiros não sejam inoportáveis. Questionou os senhores vereadores sobre essa solução de licenciar, fazer rapidamente uma reunião com os vendedores para lhes comunicar como se podem instalar sem grandes exigências e que no próximo ano a Junta de Freguesia possa sugerir outra solução em termos de futuro. -----

Senhor Vereador Mark Ministro:

- Transmitiu que, no passado dia 30, participou na Assembleia Geral do Turismo do Centro de Portugal. -----

- Informou que ao abrigo do Pprojeto Co-Pesca2 os mariscadores da Berlenga têm vindo semanalmente a votar entre um ou dois dias de apanha, desde o dia 02 de junho, e até aqui a maioria tem apostado em apenas um dia de apanha, normalmente à quarta-feira. -----

Senhora Vice-Presidente da Câmara, Ana Rita Petinga:

- Disse que na passada segunda-feira participou na Assembleia Geral da Associação Geoparque do Oeste.-----

- Transmitiu que no próximo dia 11 de julho irá ser inaugurada no CIAB uma exposição de arte contemporânea.-----

Senhor Vereador Filipe Sales:

- Disse que a senhora Vereadora Ana Rita Petinga deve ter transmitido a preocupação que manifestou na semana anterior no que diz respeito ao autocaravanismo e que atendendo ao

comportamento dos turistas e à abertura das fronteiras terrestres confessou a sua preocupação quanto à Covid-19, porque é necessário resguardarmo-nos, é sair à rua e consumir em segurança e a adoção comportamentos defensivos.-----

- Quanto ao Plano Diretor Municipal, perguntou se já existe alguma novidade, nomeadamente quanto ao calendário.

- Perguntou como se encontrava o Organograma.-----

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

- Deu conta que em princípio será presente em reunião de Câmara uma informação escrita resultante da reunião que se realizou com a anterior Chefe de Divisão, a atual Chefe de Divisão, as duas técnicas municipais que têm acompanhado o processo e o senhor Professor Jorge Carvalho.

- Em relação ao Organograma, deu conta que está bastante trabalho feito e com a entrada dos novos Chefes de Divisão o assunto virá a discussão assim que possível, que terão todo o interesse nisso.

Senhor Vereador Manuel Salvador:

- Em relação à Covid-19, disse que é muito preocupante o que se passa nas esplanadas, mas que o deixa muito agradado a forma como as pessoas têm aderido às praias, respeitando o distanciamento.-----

- Chamou a atenção para a Rua das Relvinhas, no Alto do Veríssimo, que necessita de ser intervencionada urgentemente e o pedido inicial já tem um ano.-----

- Disse que no Casal António Luís, na Fonte Boa, é necessário trocar as lâmpadas dos postes.----

- Voltou a referir a necessidade das lombas na Escola Básica Integrada, na Escola do Filtro e agora acrescentava a necessidade de se colocar lombas na Estrada dos Remédios.-----

- Chamou a atenção para a enorme quantidade de limos que, no passado fim de semana, iam da Muralha ao bar do senhor João Campos, e que o cheiro era nauseabundo na maré vazia, pelo que sugeriu que, pelo menos, ao fim de semana que é quando a praia tem mais afluência se pudessem retirar os limos da praia.-----

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

- Deu conta que a situação da Rua das Relvinhas está a ser trabalhada em termos de projeto.-----

- Quanto às lâmpadas, informou que a comunicação à EDP convém ter o número de porta para facilitar a identificação dos postes. Questionou sobre o número de postes e de porta.-----

- Em relação às lombas, disse que há uma vasta lista de lombas a colocar. Afirmou que acerca da sugestão da lomba na Marginal Norte lhe suscita algumas dúvidas, porque o INEM se manifesta sempre contra e aquela estrada tem muito movimento. Em relação às outras ruas terão de ser avaliadas porque toda a gente pede lombas em todas as estradas do concelho onde há trânsito.---

- Quanto à remoção dos limos, agradeceu a chamada de atenção e disse que fazer a remoção dos limos todas as semanas poderá não ser possível por causa das marés, que o ideal seria aproveitar os limos para a agricultura como se fazia há uns anos. Garantiu que vai transmitir a informação e ver o que se poderá fazer.-----

Senhor Vereador Rogério Cação:

- Apresentou uma saudação ao Dia Internacional das Cooperativas, um dia que celebra um modelo de organização ao qual está muito ligado e que considera que ser cada vez mais importante no quadro daquilo que é o conjunto da economia social, para o desenvolvimento económico social, para a promoção da justiça social. Assim, o seu voto de saudação pelos 98 anos em que se comemora este dia no quadro da aliança internacional e pelos 26 anos que se comemora o Dia Internacional das Cooperativas da ONU.-----

- Deu nota do contacto de uma munícipe, a senhora Lígia Rocha, que aguarda a reposição da lápide partida pelos funcionários do cemitério.-----

- Disse que foi alertado pelo senhor Presidente da Junta da Serra d'El-Rei para o mau funcionamento da ETAR pelo que solicitou uma informação. -----
- Questionou se existe cronograma para a transferência de competências das Juntas de Freguesia de Peniche e de Atouguia da Baleia, porque era importante programar o mais possível a transferência e a discussão deve ser feita com tempo. -----
- Lembrou que continua a aguardar a informação sobre a intervenção social junto da etnia cigana.
- Recordou a viatura para a unidade móvel que foi equacionada e se destinaria a apoiar situações sociais de maior fragilidade, pelas equipas de rua, da Acompanha e outras, parece-lhe ser uma resposta que faz imensa falta face ao período em que vivemos. -----
- Deixou mais uma vez a ideia de haver um conjunto de dimensões que considera que devem ser trabalhadas e aprofundadas, nomeadamente um plano para a dinamização da economia social, um plano de ação educativa de emergência, onde se antecipassem cenários complicados e pensássemos sobre o que poderemos enfrentar em setembro porque julga que faria sentido estarem preparados, sobretudo nos casos das antigas Necessidades Educativas Especiais entre outras situações, um plano de estímulo à atividade empresarial e, finalmente um plano especial de animação cultural e desportiva. Esclareceu que quando fala em planos se refere a reflexões de onde possam resultar num conjunto de orientações que podem ser apresentadas em formatos que não o de um plano. -----
- Manifestou a sua preocupação em relação à Covid-19 que, seguramente e tendencialmente, se irá agravar e saudou o comportamento cívico da grande maioria das pessoas, porque o problema é que são as minorias que provocam as situações de contágio.-----

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

- Disse que julga ter feito já duas minutas de resposta à senhora Lídia Rocha e já tinha pedido para responder, pelo que provavelmente houve alguma falha, mas acrescentou que respondeu por email à senhora. -----
- Em relação ao mau funcionamento da ETAR, confessou que desconhecia e que, inclusive, disse ao senhor Presidente da Junta, que era a primeira vez que ouvia falar do assunto e que estranhou que o assunto tivesse sido comunicado ao senhor Engenheiro Raminhos quando o responsável é o senhor Engenheiro Samuel e que transmitiu a quem compete. -----
- Quanto à transferência de competências, disse que enviou um email para a Junta de Freguesia e aguarda a confirmação à data proposta. Acrescentou que concordava que estes dossiers da descentralização de competências para as Juntas deveriam ser fechados o quanto antes. -----
- Disse que uma parte do relatório da intervenção na etnia cigana está elaborado, mas falta uma outra parte, pelo que assim que estiver completo será partilhado. -----
- Em relação à viatura, disse que a Senhora Vereadora Ana Rita Petinga tratará do assunto. -----
- Quanto ao desenvolvimento do plano de economia social, disse que considera que esse é um processo que não deverá ser dinamizado pela Câmara, mas pelos agentes e afirmou que as propostas do senhor vereador ficaram registadas. -----

Senhor Vereador Rogério Cação:

- Disse que gostaria que o senhor Presidente se associasse à saudação ao Dia Internacional das Cooperativas e que deve ter-se tratado de um lapso.-----
- Quanto ao desenvolvimento da economia social, disse que muitas autarquias criaram conselhos municipais de economia social por considerarem que é um domínio onde vale a pena investir e essa organização favorece o investimento e que não tem de ser a Câmara porque o próprio se ofereceu para isso. -----

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

- Confirmou que foi efetivamente um lapso, ainda que tenha ficado muita coisa por dizer que mexe consigo, mas subscreveu a saudação do senhor Vereador Rogério Cação ao Dia Internacional das Cooperativas. -----

- Quanto à disponibilidade do senhor Vereador Rogério Cação, agradeceu e requisitou-o para dar início aos trabalhos para que depois se possa conversar. -----

Senhor Vereador Jorge Gonçalves:

- Manifestou a sua preocupação quanto ao número de casos ativos de Covid-19 no concelho. ----

- Disse que trazia um pedido de informação sobre a venda ambulante no Baleal e se o senhor Presidente vai despachar os pedidos que tem ou se a autorização para esses pedidos ainda terá de vir à Câmara, porque o tempo começa a ficar curto.-----

- Mencionou que recebeu um email a 26 de junho da Comissão de Festas em Honra da Nossa Senhora da Boa Viagem a propósito do licenciamento para a colocação de roulettes com o prazo de 15 julho a 15 de setembro e refere que estranhou não ver aquele pedido na Ordem de Trabalhos, considerando que a próxima reunião será dia 13 de julho e solicitou um ponto de situação sobre aquela matéria.-----

- A propósito da questão colocada pelo senhor Presidente de Junta de Freguesia de Atougia da Baleia que tinha a ver com o memorial à Valentina, solicitou esclarecimentos sobre a opinião que o senhor Presidente da Câmara transmitiu ao senhor Presidente de Junta. -----

- Em relação ao que a senhora Chefe da Divisão Administrativa e Financeira transmitiu na reunião da semana anterior sobre a questão do protocolo para a realização dos testes e da formalização das deliberações tomadas dia 25 de maio, questionou se o parecer jurídico solicitado pelo senhor Presidente pode ser partilhado com os restantes membros da Câmara. -----

- Disse que passou por uma construção no loteamento da Amador L.^{da} e que viu uma construção que lhe parece errada, em relação ao que se lembra e ao que lá está construído, que lhe parece que o alinhamento não bate certo e perguntou se o erro de perceção é seu ou se na realidade há qualquer coisa que esteja mal. -----

- Questionou como se está a pensar resolver a questão das ervas, que dão a entender uma total falta de cuidado e de limpeza. -----

- Relativamente à questão do Restaurante do Parque, questionou se o parecer jurídico solicitado já chegou, se o restaurante já tem contador próprio para a água e para a luz e se os valores das rendas já foram negociados entre o Centro Social e a gerência do restaurante. -----

- Disse que viu no Boletim da Junta de Freguesia de Peniche em que um título é a Rotunda do Campo da República, ao conjunto escultórico que lá estava aprovado na reunião de Câmara de 19 março de 2007, mas que não sendo aquele espaço da competência da Junta de Freguesia perguntou como é que a Junta de Freguesia teve competência para alterar o espaço sem a aprovação da Câmara Municipal, colocando em questão a legitimidade da Junta ir alterar o conjunto escultórico anteriormente aprovado pela Câmara. -----

- Disse que o Regulamento Municipal do Apoio ao Associativismo que devia estar publicado, quer no site da Câmara quer na Meocloud a versão datada e publicada no Diário da República e não um exemplar sem data. Acrescentou que o Regulamento do Conselho Municipal de Segurança que está publicado uma versão desatualizada, quer no site da Câmara quer na Meocloud. Mencionou que a Câmara não teve muitas informações acerca da atualização dos regulamentos, mormente a necessidade transmitida pelo senhor Presidente em manter o contrato de avença com a Dra. Ana Cláudia para o efeito, questionando se na realidade a existência deste contrato com a jurista se justifica face ao trabalho produzido. -----

- Quanto ao processo de inquérito que deriva do processo disciplinar 2/2019 disse que solicitou a cópia do despacho de nomeação do instrutor e que ainda não a recebeu, nem obteve quaisquer informações. -----

- Solicitou à Divisão de Planeamento e Gestão e Urbanística o parecer da doutora Fernanda Paula Oliveira sobre alinhamentos, elaborado em 10 de fevereiro de 2015.-----
- Deixou a nota que considera caricato que um concurso de chefias seja com caráter de urgência e de interesse público não havendo, por isso, audiência de interessados, acrescentando que não tem a certeza da legitimação da homologação do concurso da Divisão de Planeamento e Gestão e Urbanística. -----
- Manifestou o seu desconforto sobre o email de resposta do senhor Presidente à Chefe de Divisão cessante e disse que acha que é da responsabilidade do senhor Presidente, como pessoa e político, enviar os dados a que se refere sobre concursos de chefias viciados no passado de os enviar ao Ministério Público.-----

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

- Pediu à senhora Dr.^a Margarida Gonçalves para informar a Câmara Municipal acerca do ponto de situação do parecer solicitado ao senhor Doutor Paulo Faria sobre a questão do Restaurante do Parque. -----

Técnica Superior Jurista, Margarida Gonçalves:

- Disse estar em contacto diário com o senhor Doutor Paulo Faria desde há duas semanas e que naquele dia o mesmo informou que por não se tratar de uma situação simples, pediu a uma colega que está a fazer um parecer com dois pressupostos e a tese que estão a construir se está a centrar no abuso de direito porque todos os sócios são diferentes até mesmo a gerência, ainda que inicialmente a resposta foi podemos transmitir livremente as quotas porque estamos numa sociedade de direito, contudo a tese que está a ser construída com muito cuidado e atenção assente no abuso de direito. -----

Senhor Vereador Rogério Cação:

- Manifestou a sua confusão perante a questão da renda que é especificamente definida para dez anos, mas não refere nada daí em diante e pressupõe-se que terá de haver uma atualização da renda a partir dessa altura, como anteriormente foi realizada. Questionou se estando implícita uma renda não será de pressupor que a haver uma renovação não haja uma atualização da renda e se a não atualização da renda tem ou não impacto nos pressupostos dos dez anos mais cinco.-----

Técnica Superior Jurista, Margarida Gonçalves:

- Disse que essa questão foi também colocada ao senhor Doutor Paulo Faria e que na cláusula das omissões está definido que cabe à Câmara decidir e que a Câmara não tem, formalmente, conhecimento. -----

Senhor Vereador Filipe Sales:

- Solicitou que a senhor Dr.^a Margarida Gonçalves pudesse dar um ponto de situação à questão da Berlenga. -----

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

- A seu tempo, a informação do Gabinete Jurídico será partilhada com os membros da Câmara. --

Senhor Vereador Filipe Sales:

- Manifestou a sua confusão quanto ao que o Gabinete Jurídico está a informar e a analisar, a que questões se está a responder. -----

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

- Disse que quando o trabalho for produzido e a informação partilhada o senhor Vereador Filipe Sales iria perceber. Declarou que o objetivo é clarificar algumas questões que não estão claras, contribuir para o esclarecimento cabal de todos os acontecimentos, até porque só existe a versão da arrendatária e considera que é necessário que se faça o contraditório. -----

Senhor Vereador Filipe Sales:

- Disse que perguntou qual foi a questão colocada ao Gabinete Jurídico e o senhor Presidente não está a ser capaz de responder. Registou que o senhor Presidente disse que não pretende responder.

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

- Disse que os senhores Vereadores conhecem uma parte substancial do processo, mas é isso que tem de se cruzar e o Gabinete Jurídico irá analisar as cartas e os emails enviados, o contrato e informação das ocorrências do que tem acontecido desde o início da relação contratual para produzir uma informação do ponto de vista jurídico para defender o Município. -----

Senhor Vereador Rogério Cação:

- Afirmou que a sua intenção não foi defender a munícipe em detrimento do município e afirmou que faria o mesmo no que se concerne em consultar o Gabinete Jurídico, mas ao mesmo tempo que percebe a dúvida do Vereador Filipe Sales, porque desconhecem o que está em causa, pelo que não se poderão manifestar ou opinar e que há uma série de questões que serão mais políticas que jurídicas, sendo, por isso, importante saber quais as questões que suscitaram dúvidas porque tudo o resto não será da competência jurídica, mas política. Deixou essa nota de clarificação que aquilo que é fundamental nesse processo será saber quais as responsabilidades das partes, porque tudo o resto serão decisões políticas. -----

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

- Comunicou à doutora Margarida que, para além do que foi dito pelos senhores Vereadores, ainda terá de o ouvir a ele e a outras pessoas envolvidas, porque em função das informações prestadas desde logo pela interessada, a dona Susana e como se defendem os interesses do Município se faltam as informações do Município, é preciso ouvir quem esteve próximo do processo. -----

Senhor Vereador Jorge Gonçalves:

Disse que a senhora Susana Rocha enviou ao senhor Presidente e aos Vereadores, não enviou ao Gabinete Jurídico, pelo que o que seria normal e natural é que fosse feita uma análise na Câmara e se a Câmara chegasse à conclusão que do ponto de vista jurídico precisa de esclarecimentos nalgumas matérias e decidia quais as matérias que queria ver esclarecidas. Acrescentou que caso o Presidente não tivesse trazido a reunião de Câmara, exarasse um despacho relativamente à correspondência trocada com a concessionária enviasse ao Gabinete Jurídico para que este esclarecesse as dúvidas. Disse que como não foi assim que se passou surgem as dificuldades porque o Gabinete Jurídico, tem um despacho com as questões a que a Câmara pretende ver esclarecidas. -----

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

- Em relação à venda ambulante, solicitou à senhora Dr.^a Josselène Nunes que prestasse os esclarecimentos solicitados pelo senhor Vereador Jorge Gonçalves. -----

Senhora Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, Josselène Nunes:

- Esclareceu que o espaço em si não carece de licenciamento por não se tratar de espaço municipal, pelo que os vendedores nem estão a pagar qualquer valor, estando a Câmara apenas autorizada a autorizar pela Agência Portuguesa do Ambiente, pelo que deverão estar em condições de vender.

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

- Em relação à Festa em Honra da Nossa Senhora da Boa Viagem, disse que, no seguimento daquilo que lhe pareceu ser o consenso no Executivo Municipal, deu-se um conjunto de considerações para as áreas que são da responsabilidade do Município e que tinham sido aceites por quem se pronunciou, ou seja, em função do que foi acordado em reunião de Câmara, os despachos já foram efetuados.-----

- Acerca do memorial à Valentina o senhor Presidente de Junta colocou a questão na sequência do que foi dito na Assembleia Municipal e disse que referiu inicialmente uma posição contrária, mas que após a argumentação do senhor Presidente da Junta solicitou que fizesse a justificação, a explicação e apresentasse a proposta para que pudesse vir a reunião de Câmara para o Executivo decidir.-----

- Sobre o Chefe de Divisão, sobre os testes, a formalização do parecer jurídico confessou que não percebeu a que se refere o senhor Vereador.-----

- Em relação ao loteamento que o senhor Vereador referiu, disse que assinou o embargo da obra, até porque o vizinho já tinha vindo chamar a atenção para a falta de cumprimento do alinhamento e que solicitou à Chefe de Divisão que reunisse com a família Amador.-----

- Disse que as faturas de água e de luz do Restaurante do Parque foram sempre pagas pela Câmara, mas que considera que essa questão está resolvida.-----

- Quanto à intervenção da Junta de Freguesia de Peniche na rotunda do Campo da República, independentemente de estar ou não estar aprovado, o que ali estava não satisfazia e o sentimento era transversal a uma grande parte da população e a Junta quis minorar o efeito da situação e que se as plantas pegarem daqui a pouco tempo poderemos ter uma rotunda com uma zona verde da qual nos poderemos orgulhar, que de facto não impediu a intervenção da Junta, tal como o não o fez com a Junta de Freguesia de Atouguia e os melhoramentos que efetuou na Consolação, por exemplo.-----

- Sendo verdade que houve um arrastamento por várias razões no que se concerne aos regulamentos, disse que em breve espera trazê-los à Câmara e que a senhora Doutora Ana Cláudia tem uma série de regulamentos prontos e já há algum tempo que não vieram ainda a reunião de Câmara porque não houve condições internamente de os complementar.-----

- Acerca dos concursos das Chefias partilhou com o Executivo que duas candidatas externas vieram perguntar e em separado se o concurso era a sério ou a brincar, significa que havia a tradição que às vezes era a sério e outras vezes não era a sério.-----

Senhor Vereador Rogério Cação:

- Afirmou que em seu entender, no maior e absoluto respeito pela situação que se passou e pelo drama que se viveu será pouco ético e de muito mau gosto que se faça qualquer tipo de memorial, porque a violência e o abuso das crianças não se combatem com memoriais.-----

- Sobre a rotunda do Campo da Torre disse que não gostava do que lá estava e que qualquer melhoria ali introduzida seria uma melhoria, contudo concordava com o que foi dito pelo vereador Jorge porque se tratava de uma obra aprovada anteriormente, pelo que era preciso seguir procedimentos e formalismos.-----

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

- Em relação ao memorial à Valentina manifestou que a sua primeira reação terá ido muito ao encontro daquilo que o vereador Rogério partilhou manifestando o seu desagrado por um memorial de romaria, mas admite estar aberto a uma proposta que pudesse simbolizar um espaço contra a violência e contra estes crimes bárbaros, sendo importante refletir para que a Câmara possa ajudar a tomar a decisão.-----

Senhor Vereador Manuel Salvador:

- Manifestou ser contra qualquer memorial de culto ou de romaria, mas disse admitir que se possa homenagear a Valentina atribuindo o seu nome ao parque, acrescentando que o caso foi demasiado traumatizante para a Atouguia da Baleia e para todo o concelho, contudo temos de decidir e assumir as nossas posições. -----

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

- Aproveitou a oportunidade de estar o Executivo reunido para dar as boas vindas aos novos Chefes de Divisão e apresentou-os à Câmara Municipal. -----

Senhor Vereador Rogério Cação:

- Afirmou que o sentimento geral da equipa da Câmara é a formulação de votos para que possam ter muito sucesso na sua função, o que se traduzirá no sucesso da Câmara Municipal. Declarou que todos pugnam para que, na defesa do território e das nossas gentes, a Câmara tenha sucesso e garantiu que poderão contar com a cooperação e exigência do Executivo. Deu-lhes os parabéns pela nomeação e as boas vindas. -----

Senhor Vereador Filipe Sales:

- Desejou as maiores felicidades e votos de bom trabalho. -----

Senhor Vereador Manuel Salvador:

- Deu os parabéns e desejou as maiores facilidades aos novos Chefes de Divisão. -----

Senhora Vice-Presidente da Câmara, Ana Rita Petinga:

- Desejou felicidades nesta grande missão que agora têm, disse que os nossos munícipes e a nossa terra merecem que deem o melhor de si, seja quem for o Executivo em funções. -----

Senhor Vereador Mark Ministro:

- Reforçou os votos de boas vindas e desejou o maior sucesso nos cargos que agora vão desempenhar. -----

Senhor Vereador Jorge Gonçalves:

- Começou por felicitar os dois novos Chefes de Divisão, desejou que evoluam favoravelmente, que estão no Executivo pela defesa do interesse público e que o interesse público será a defesa das pessoas que elegeram o Executivo e eu isso só se faz com uma estrutura orgânica capaz de dar resposta aos seus anseios e ansiedades, desejando que esses resultados sejam obtidos tanto na Divisão de Obras Municipais como na Divisão de Planeamento e Gestão e Urbanística. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

A Câmara passou a apreciar os assuntos constantes da ordem do dia, tendo tomado as seguintes deliberações que, quando não sejam indicados outro resultado e forma de votação, foram tomadas por unanimidade e votação nominal:-----

DIVISÃO DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANÍSTICA:

1) *Empreitada de estabilização da arriba do portinho de areia sul – novo procedimento – prorrogação prazo - Pelouro do Planeamento e Urbanismo:*-----

Deliberação n.º 699/2020: Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 01 de julho de 2020, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta

anexa ao livro de atas: -----
«Propõe-se à Câmara Municipal, nos termos da sua competência própria definida no n.º 4 do artigo 64.º do Código dos Contratos Públicos, com a atual redação, que delibere no sentido de autorizar a prorrogação do prazo de entrega das propostas, na plataforma eletrónica, por um período de 16h00, ou seja, até às 10h00 do 16.º dia a contar da data da publicação do anúncio de abertura do procedimento em Diário da República, nos termos e fundamentos da informação da DPGU - Setor de Concursos, de 30 de junho de 2020.» (Doc.486 DPGU 215.A1/OM)-----

2) Pedido de licenciamento para alteração de armazém para arrecadação, para o prédio sito no Campo de República, em Peniche, apresentado em nome de Conventopen - Imobiliária e Construção, S.A. – Pelouro do Planeamento e Urbanismo:-----

Deliberação n.º 700/2020: Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 02 de julho de 2020, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----

«Aprovar o projeto de arquitetura ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a sua atual redação (RJUE), relativamente ao pedido de licenciamento para alterações em armazém destinado a arrecadação de artigos de pesca, a realizar no prédio sito no Campo da República, localidade de Peniche, apresentado em nome de Conventopen - Imobiliária e Construção, S.A., no dia 30 de janeiro de 2020, nas condições do parecer da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística (DPGU), datado de 01 de julho de 2020.» (Doc.487 DPGU 98/20)-----

3) Aceitar a cedência da área de 245,80 m², a desanexar do prédio urbano, sito na Rua Nova, n.º 7, em Atouguia da Baleia, apresentado em nome de Nuno Eduardo Faustino Rainha - Pelouro do Planeamento e Urbanismo-----

Deliberação n.º 701/2020: Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 02 de junho de 2020, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----

«Aceitar a cedência da área de 245,80 m², a desanexar do prédio urbano, sito em Rua Nova, n.º 7, localidade e freguesia de Atouguia da Baleia, descrito na Conservatória do Registo Predial de Peniche, sob o n.º 12343, e inscrito na Matriz Predial Urbana da respetiva freguesia, sob o artigo provisório 9308, para ser integrada no domínio público, nomeadamente para prolongamento do arruamento, passeios e estacionamento, no âmbito do processo 101/19, em nome de Nuno Eduardo Faustino Rainha.» (Doc.488 DPGU 101/19)-----

4) Pedido de licenciamento para legalização de alteração e ampliação de moradia unifamiliar, para o prédio sito na Rua Ilha da Madeira, n.º 35, em Peniche, apresentado em nome de Ana Cristina da Conceição Pinto – Pelouro do Planeamento e Urbanismo:-----

Deliberação n.º 702/2020: Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 02 de junho de 2020, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----

«Aprovar o projeto de arquitetura ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a sua atual redação (RJUE), relativamente ao pedido de licenciamento para legalização de alteração e ampliação de moradia unifamiliar, a realizar no prédio sito na Rua Ilha da Madeira, n.º 35, localidade de Peniche, apresentado em nome de Ana Cristina da Conceição Pinto, no dia 28 de janeiro de 2019, nas condições do parecer da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística (DPGU), datado de 01 de julho de 2020.» (Doc.489 DPGU 107/19)-----

TOPONÍMIA:

5) Atribuição do nome de Rua da Praia do Molhe Leste, a uma artéria da localidade de Peniche – Pelouro de Ligação às Freguesias: -----

Deliberação n.º 703/2020: Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 18 de junho de 2020, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----

«Atendendo ao solicitado pela Junta de Freguesia de Peniche;

Considerando o parecer favorável da Comissão Municipal de Toponímia, de 09 de junho de 2020, nos termos do artigo 7.º do Regulamento Municipal de Toponímia e Numeração de Polícia, estão reunidos os pressupostos para atribuir o nome de “Rua da Praia do Molhe Leste”, nesta cidade, ao arruamento que se inicia na confluência da Rua dos Pocinhos com a Avenida do Porto de Pesca e segue para sul, ao longo do Parque Urbano, até ao Molhe Leste;

Proponho que a Câmara Municipal, no uso da competência estabelecida na alínea ss) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e nos termos do artigo 5.º do Regulamento Municipal de Toponímia e Numeração de Polícia, atribua o referido topónimo.» (Doc.490 NIPG 6391/20) -----

DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS:

6) Homologação de auto de vistoria para efeitos de receção provisória da empreitada de valorização paisagística do depósito funerário de catástrofe do naufrágio do navio San Pedro de Alcântara (Proc. 213.A1/OM) – Pelouro das Obras Municipais: -----

Deliberação n.º 704/2020: Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 01 de julho de 2020, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----

«Para efeitos do previsto no n.º 1 do artigo 395.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, proponho que a Câmara homologue o Auto de Vistoria para efeitos de receção provisória da empreitada de “Valorização paisagística do depósito funerário de catástrofe do naufrágio do navio San Pedro de Alcântara”.» (Doc.491 NIPG 9879/20) -----

PROTOCOLOS:

7) Protocolo a celebrar entre o Município de Peniche e o Estado Português para a implementação do “Referencial de Educação para a Segurança, a Defesa e a Paz” – Pelouro da Educação: -----

Deliberação n.º 705/2020: Deliberado aprovar a proposta do senhor Vereador Mark Ministro, datada de 25 de junho de 2020, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----

«Considerando que uma equipa conjunta da Direção-Geral da Educação e do Instituto da Defesa Nacional elaborou o «Referencial de Educação para a Segurança, a Defesa e a Paz», para aplicação na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário, que constitui o documento orientador para a implementação da Educação para a Segurança, a Defesa e a Paz, constante das portarias que regulamentam do Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho;

E que importa agora implementar de forma generalizada o «Referencial da Educação para a Segurança e a Paz», nos estabelecimentos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário do Sistema Educativo português, quando optem por incluir o domínio de Segurança, Defesa e Paz na sua Estratégia de Educação para a Cidadania de Escola, de acordo com o disposto no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho.

Proponho que a Câmara Municipal, no uso da competência estabelecida na alínea r) do n.º 1 do

artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprove a minuta de protocolo a celebrar entre o Município e o Estado Português, representado pela Ministra de Estado e da Presidência, pelo Ministro da Defesa Nacional, pela Ministra da Modernização do Estado e da Administração Pública e pelo Ministro da Educação, cujo objeto é promover a implementação do «Referencial de Educação para a Segurança, a Defesa e a Paz» para a educação pré-escolar e para os ensinos básico e secundário junto da comunidade educativa, de acordo com o disposto no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho.» (Doc.492 NIPG 9540/20) -----

8) Protocolo a celebrar entre o Município de Peniche, o Fundo Ambiental e o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P. para cogestão da Reserva Natural das Berlengas, no âmbito do Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto – Pelouro da Administração Geral:-----

Deliberação n.º 706/2020: Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 02 de julho de 2020, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----

«Considerando que:

A Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, aprovou a lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e o seu artigo 20.º alínea c) criou a competência para os órgãos municipais poderem participar na gestão das áreas protegidas para.

O Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto, aprovou o modelo de cogestão das áreas protegidas. O Município de Peniche territorialmente integra uma área protegida a Reserva Natural das Berlengas, criada pelo Decreto-Lei n.º 264/81, de 03 de setembro.

O Município de Peniche tem interesse em participar na cogestão da Reserva Natural das Berlengas, em colaboração técnica e financeira com o Fundo Ambiental e o ICNF, I. P.

O objetivo do modelo de cogestão é:

- Incrementar uma maior valorização da área protegida, através da promoção, sensibilização e comunicação, tendo por base a sua sustentabilidade nas dimensões política, social, económica, ecológica, territorial e cultural;

- Estabelecer procedimentos concertados para uma maior salvaguarda dos valores naturais e de resposta às solicitações da sociedade, através de uma maior articulação entre o ICNF, I.P., os municípios e demais entidades públicas competentes;

- Gerar uma relação de maior proximidade aos cidadãos e às entidades relevantes para a promoção do desenvolvimento sustentável da área protegida.

Assim, proponho que a Câmara Municipal no uso da competência estabelecida na alínea l) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, proponha à Assembleia Municipal para que, nos termos da alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aceite a transferência de competências em matéria de gestão das áreas protegidas, criada pela alínea c) do artigo 20.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, concretizado pelo Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto e aprove a minuta de protocolo, que tem por objeto regular os termos da colaboração técnica e financeira entre o FUNDO, o MUNICÍPIO e o ICNF, I. P., garantindo o apoio técnico e operacional dedicado em exclusividade à promoção, desenvolvimento e execução do modelo de cogestão da Reserva Natural das Berlengas, previsto no Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto, designadamente a realização das atividades previstas no Anexo III ao presente protocolo e que dele faz parte integrante.

Proponho, ainda, que a Assembleia Municipal, para efeitos e nos termos da alínea a) do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto, me designe como Presidente da comissão de cogestão da Reserva Natural das Berlengas.» (Doc.493 NIPG 9906/20) -----

9) Candidatura ao apoio financeiro para promoção de apoio à esterilização de cães e gatos de companhia - Pelouro da Proteção Animal:-----

Deliberação n.º 707/2020: Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada

de 02 de julho de 2020, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----

«Considerando que, no âmbito das competências do Município nos domínios da Saúde Pública e da Saúde e Bem-estar Animal, se pretende aderir à campanha de apoio à esterilização de cães e de gatos, proponho que a Câmara Municipal, no uso da competência prevista na alínea r) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, autorize a candidatura ao programa promovido pela Direção-Geral de Alimentação e Veterinária – Despacho n.º 6615/2020 de 25 de junho de 2020.» (Doc.494 NIPG 10090/20) -----

10) Protocolo a celebrar com a Freguesia de Atouguia da Baleia para exploração da Zona de estacionamento de duração limitada (G) prevista no Regulamento Municipal de Parques de Estacionamento condicionado e de Zonas de Estacionamento de duração limitada no Concelho de Peniche, sita na Consolação – Pelouro das Freguesias:-----

Deliberação n.º 708/2020: Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 02 de julho de 2020, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----

«Considerando que:

O Município definiu um conjunto de zonas de estacionamento condicionado, com a aprovação do Regulamento de Estacionamento condicionado e de Zonas de Estacionamento de duração limitada no Concelho de Peniche, em vigor desde 15 de fevereiro de 2014.

A Freguesia de Atouguia da Baleia demonstrou interesse na exploração da Zona de estacionamento G, sita na Consolação, como forma gerar receitas para dinamizar e melhorar a Freguesia.

O Município ainda não condicionou aquela zona, nem concessionou a exploração da mesma.

O Município dispõe espaço de estacionamento alternativo e livre.

É de todo interesse que aquela zona esteja ordenada e com estacionamento organizado.

Nos termos da alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I, da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro compete à Assembleia Municipal deliberar sobre as formas de apoio às Freguesias;

Proponho que a Câmara Municipal, no uso da competência prevista na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibere submeter à Assembleia Municipal, a proposta de protocolo em anexo, que tem por objeto ceder a exploração, à Freguesia de Atouguia da Baleia, da Zona de estacionamento de duração limitada (G), prevista no Regulamento Municipal de Parques de Estacionamento condicionado e de Zonas de Estacionamento de duração limitada no concelho de Peniche, sita na Consolação.» (Doc.495 NIPG 9149/20) -----

INTERVENÇÃO SOCIAL:

11) Atribuição de talhões de cultivo da horta comunitária de Peniche para o ano de 2020 – Pelouro da Solidariedade Social:-----

Deliberação n.º 709/2020: Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 02 de julho de 2020, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----

«Considerando a informação do Setor Ação Social n.º 1397/2020, de 19 de junho, a informar da existência de dois talhões desocupados da Horta Comunitária de Peniche, proponho que a Câmara Municipal autorize a abertura de novo procedimento para atribuição dos mesmos, nos termos do Regulamento Municipal da Horta Comunitária de Peniche (RMHCP).» (Doc.496 NIPG 1608/20) -----

12) Programa Municipal de Apoio ao Arrendamento 2019/2020 – Alteração ao valor

(candidatura 2) – Pelouro da Solidariedade Social: -----

Deliberação n.º 710/2020: Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 02 de julho de 2020, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----

«Considerando a informação do setor de Planeamento e Intervenção Social, de 16 de junho de 2020, com o registo n.º 1365/2020, que se anexa, proponho que a Câmara Municipal, no uso da sua competência prevista nos termos do Regulamento Municipal de Apoio ao Arrendamento n.º 399/2017, de 26 de julho, no n.º 3, do artigo 10.º, delibere que o valor do apoio a conceder, relativo à candidatura n.º 2 de 2019-2020, titulada por Laura Maria Pinto Batista Delgado, passe para 180,00€ mensais.» (Doc.497 NIPG 9211/20) -----

EDUCAÇÃO:

13) Funcionamento das Atividades de Animação e Apoio à Família de crianças, na interrupção letiva da Educação Pré-Escolar – Pelouro da Educação:-----

Deliberação n.º 711/2020: Deliberado aprovar a proposta do senhor Vereador Mark Ministro, datada de 02 de julho de 2020, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----

«Considerando a informação do Setor de Educação, com o registo n.º 1514/2020, que se anexa, proponho que a Câmara Municipal, no uso das competências estabelecidas na alínea ee) do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibere no sentido de autorizar o funcionamento das Atividades de Animação e Apoio à Família, na interrupção letiva da Educação Pré-Escolar, de julho, nos termos propostos na Informação em anexo.» (Doc.498 NIPG 10055/20)

EVENTOS DE INICIATIVA MUNICIPAL:

14) Prémios de Mérito Desportivo aos Jovens do Concelho de Peniche 2018/2019 – Pelouro da Juventude: -----

Deliberação n.º 712/2020: Deliberado aprovar a proposta do senhor Vereador Mark Ministro, datada de 06 de maio de 2020, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----

«Considerando o Relatório da Comissão de Análise designada para o procedimento da atribuição de Prémios de Mérito Desportivo para a Época Desportiva 2018/2019, de 15 de abril de 2020, que se anexa, elaborado na sequência da audiência prévia aos interessados sobre o projeto de decisão da Câmara Municipal (deliberação n.º 210/200, de 2 de março), proponho que a Câmara Municipal, no uso das competências previstas no n.º 4 do artigo 21.º do Regulamento de Atribuição de Prémios de Mérito a Jovens Atletas, e da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprove a Lista Final de Atribuição de Prémios de Mérito Desportivo – Época Desportiva 2018/2019, também anexa.» -----

Deliberado, ainda, por proposta verbal do senhor Presidente, atribuir, excepcionalmente, prémio de mérito a todos os candidatos pontuados. (Doc.499 NIPG 5940/20) -----

EQUIPAMENTOS MUNICIPAIS:

15) Informação do Gabinete de Planeamento Estratégico, Estudos e Projetos, sobre o Gabinete de Apoio às Empresas (GAE) – Pelouro da Administração Geral:-----

Deliberação n.º 713/2020: A Câmara Municipal tomou conhecimento da informação n.º 120/20 do Gabinete de Planeamento Estratégico, Estudos e Projetos sobre o funcionamento do Gabinete de Apoio às Empresas. (NIPG 9571/20)-----

CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS:

16) Contratação de empréstimo para “Reabilitação das Muralhas de Peniche” - Pelouro das Finanças: -----

Deliberação n.º 714/2020: Deliberado aprovar a proposta da senhora Vereadora Ana Rita Petinga, datada de 03 de julho de 2020, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----

«Para efeitos do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e na sequência das deliberações n.º 422/2020 e 614/2020, tomadas pela Câmara Municipal de Peniche, em reuniões de 11 de maio e 08 de junho de 2020, e considerando a informação da Chefe da Divisão de Administração e Finanças, datada de 03 de julho de 2020, que se anexa, proponho que a Câmara Municipal:

- não dê provimento à pronuncia apresentada pela entidade Bancária Caixa Geral de Depósitos, S.A, no uso da competência estabelecida na alínea f) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

e que

- no uso da competência estabelecida na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibere solicitar, à Assembleia Municipal, autorização para que o Município contrate um empréstimo para Reabilitação das Muralhas de Peniche, com a entidade bancária Caixa de Crédito Agrícola, nas condições constantes da sua proposta n.º 252/2020, datada de 25 de maio de 2020, de que se destacam: Montante do empréstimo: 680.000,00€;

Prazo: 20 anos; Taxa de juro: Euribor a 12 meses; Spread: 0,29%.» (Doc.500 NIPG 5929/20) --

17) Contratação de empréstimo para “Passadiços para as praias da baía norte de Peniche – Cova de Alfarroba, Baía e Baleal Campismo” - Pelouro das Finanças: -----

Deliberação n.º 715/2020: Deliberado aprovar a proposta da senhora Vereadora Ana Rita Petinga, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -

«Para efeitos do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e na sequência das deliberações n.º 423/2020 e 615/2020, tomadas pela Câmara Municipal de Peniche, em reuniões de 11 de maio e 08 de junho de 2020, e considerando a informação da Chefe da Divisão de Administração e Finanças, datada de 03 de julho de 2020, que se anexa, proponho que a Câmara Municipal:

- não dê provimento à pronuncia apresentada pela entidade Bancária Caixa Geral de Depósitos, S.A, no uso da competência estabelecida na alínea f) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

e que

- no uso da competência estabelecida na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibere solicitar, à Assembleia Municipal, autorização para que o Município contrate um empréstimo para Passadiços para as praias da Baía Norte de Peniche: Cova de Alfarroba, Baía e Baleal Campismo, com a entidade bancária Caixa de Crédito Agrícola, nas condições constantes da sua proposta n.º 251/2020, datada de 25 de maio de 2020, de que se destacam: Montante do empréstimo: 270.000,00€; Prazo: 20 anos; Taxa de juro: Euribor a 12 meses; Spread: 0,29%.» (Doc.501 NIPG 5928/20) -----

18) Contratação de empréstimo para “Estabilização da arriba do Portinho da Areia Sul” - Pelouro das Finanças: -----

Deliberação n.º 716/2020: Deliberado aprovar a proposta da senhora Vereadora Ana Rita Petinga, datada de 03 de julho de 2020, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----

«Para efeitos do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12

de setembro, e na sequência das deliberações n.º 424/2020 e 616/2020, tomadas pela Câmara Municipal de Peniche, em reuniões de 11 de maio e 08 de junho de 2020, e considerando a informação da Chefe da Divisão de Administração e Finanças, datada de 03 de julho de 2020, que se anexa, proponho que a Câmara Municipal:

- não dê provimento à pronuncia apresentada pela entidade Bancária Caixa Geral de Depósitos, S.A, no uso da competência estabelecida na alínea f) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

e que

- no uso da competência estabelecida na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibere solicitar, à Assembleia Municipal, autorização para que o Município contrate um empréstimo para a Estabilização da arriba do Portinho de Areia Sul, com a entidade bancária Caixa de Crédito Agrícola, nas condições constantes da sua proposta n.º 250/2020, datada de 25 de maio de 2020, de que se destacam: Montante do empréstimo: 105.000,00€; Prazo: 20 anos; Taxa de juro: Euribor a 12 meses; Spread: 0,29%.» (Doc.502 NIPG 5923/20) -----

19) Contratação de empréstimo para a “Reabilitação do edifício da antiga central elétrica para Centro Cívico e Intergeracional de Peniche” - Pelouro das Finanças: -----

Deliberação n.º 717/2020: Deliberado aprovar a proposta da senhora Vereadora Ana Rita Petinga, datada de 03 de julho de 2020, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----

«Para efeitos do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e na sequência das deliberações n.º 420/2020 e 617/2020, tomadas pela Câmara Municipal de Peniche, em reuniões de 11 de maio e 08 de junho de 2020, e considerando a informação da Chefe da Divisão de Administração e Finanças, datada de 03 de julho de 2020, que se anexa, proponho que a Câmara Municipal:

- não dê provimento à pronuncia apresentada pela entidade Bancária Caixa Geral de Depósitos, S.A, no uso da competência estabelecida na alínea f) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

e que

- no uso da competência estabelecida na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibere solicitar, à Assembleia Municipal, autorização para que o Município contrate um empréstimo para a Reabilitação do edifício da antiga central elétrica para Centro Cívico e Intergeracional de Peniche, com a entidade bancária Caixa de Crédito Agrícola, nas condições constantes da sua proposta n.º 247/2020, datada de 25 de maio de 2020, de que se destacam: Montante do empréstimo: 1.755.000,00€; Prazo: 20 anos; Taxa de juro: Euribor a 12 meses; Spread: 0,29%.» (Doc.503 NIPG 10125/20) -----

20) Contratação de empréstimo para “2.ª fase de requalificação do Fosso das Muralhas de Peniche e zona envolvente” - Pelouro das Finanças: -----

Deliberação n.º 718/2020: Deliberado aprovar a proposta da senhora Vereadora Ana Rita Petinga, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -

«Para efeitos do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e na sequência das deliberações n.º 421/2020 e 618/2020, tomadas pela Câmara Municipal de Peniche, em reuniões de 11 de maio e 08 de junho de 2020, e considerando a informação da Chefe da Divisão de Administração e Finanças, datada de 03 de julho de 2020, que se anexa, proponho que a Câmara Municipal:

- não dê provimento à pronuncia apresentada pela entidade Bancária Caixa Geral de Depósitos, S.A, no uso da competência estabelecida na alínea f) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

e que

- no uso da competência estabelecida na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibere solicitar, à Assembleia Municipal, autorização para que o Município contrate um empréstimo para a 2.ª fase de requalificação do Fosso das Muralhas de Peniche e zona envolvente, com a entidade bancária Caixa de Crédito Agrícola, nas condições constantes da sua proposta n.º 249/2020, datada de 25 de maio de 2020, de que se destacam: Montante do empréstimo: 305.000,00€; Prazo: 20 anos; Taxa de juro: Euribor a 12 meses; Spread: 0,29%.» (Doc.504 NIPG 10123/20) -----

DOCUMENTOS PREVISIONAIS:

21) Alteração Permutativa ao Orçamento da Despesa, ao Plano Plurianual de Investimentos e ao Plano de Atividades Municipal, para o ano de 2020 (modificação 10) - Pelouro das Finanças: Deliberação n.º 719/2020: Deliberado aprovar a proposta da senhora Vereadora Ana Rita Petinga, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: - «Considerando a informação da Chefe da Divisão de Administração e Finanças, de 02 de julho de 2020, que se anexa, proponho que a Câmara Municipal aprove a alteração permutativa aos documentos previsionais, para o ano 2020 – modificação n.º 10, conforme consta dos documentos anexos à referida informação.» (Doc.505 NIPG 10092/20)-----

RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL:

22) Proposta de concretização do modelo de cogestão para o território da Reserva Natural da Berlenga, no âmbito do Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto – Pelouro da Gestão Ambiental:-----

Deliberação n.º 720/2020: Deliberado, por maioria, com cinco votos a favor dos membros da Câmara eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche, pelo Partido Socialista e pela Coligação Democrática Unitária, e duas abstenções dos membros da Câmara eleitos pelo Partido Social Democrata, aprovar a proposta do senhor Vereador Mark Ministro, datada de 12 de março de 2020, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----

«Considerando que:

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 55/2018, de 07 de maio, que aprovou a Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030, veio prever, enquanto medida estruturante, a adoção de modelos de cogestão das áreas protegidas, incentivando o estabelecimento de parcerias com as entidades presentes no território.

Os modelos de cogestão das áreas protegidas pretendem imprimir uma dinâmica de gestão de proximidade, em que diferentes entidades colocam ao serviço da área protegida o que de melhor têm para oferecer no quadro das suas competências e atribuições, pondo em prática uma gestão participativa, colaborativa e articulada em cada área.

A comissão de cogestão será o órgão de administração e gestão da área protegida, sendo também o primeiro responsável perante a comunidade pelo desempenho da sua gestão.

Paralelamente, os conselhos estratégicos, que funcionam junto de cada área protegida, mantêm a sua natureza consultiva, como estabelece o artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 43/2019, de 29 de março, sendo responsáveis pela emissão dos pareceres obrigatórios não vinculativos previstos no regime instituído pelo presente Decreto-lei. Mas agora são dotados de maior amplitude de ação que é alargada à cogestão das áreas protegidas, bem como de maior dinâmica e proatividade na abertura da área protegida ao exterior.

O Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto, prevê no n.º 1 do artigo 4.º que o modelo de cogestão das áreas protegidas de âmbito nacional seja adotado até ao dia 01 de janeiro de 2021. O n.º 2

do artigo 4.º prevê que os municípios cujo território integra uma área protegida de âmbito nacional podem propor a todo o momento ao Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P. (ICNF, I. P.), a concretização do modelo de cogestão nesse território.

Atendendo à estrutura da composição da comissão de cogestão prevista no artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto, proponho que a Câmara Municipal submeta junto do ICNF, I.P., a proposta de criação da comissão de cogestão para o território da Reserva Natural da Berlenga com a seguinte composição:

- Presidente da Câmara Municipal de Peniche, que preside à comissão de cogestão;*
- Um representante do ICNF. I.P., indicado através do diretor regional territorialmente competente pela área protegida;*
- Politécnico de Leiria, através da Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar (Peniche), enquanto representante das instituições de ensino superior relevantes para o desenvolvimento sustentável do território abrangido pela área protegida;*
- Um representante de organizações não-governamentais de ambiente e equiparadas, com inscrição ativa no registo nacional previsto na Lei n.º 35/98, de 18 de julho, na sua redação atual, relevantes para o desenvolvimento sustentável dos territórios abrangidos pela área protegida, sendo essa nomeação realizada pela Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente;*
- A Associação para a Promoção e Desenvolvimento do Parque de Ciência e Tecnologia do Mar, enquanto representante de outras entidades relevantes para o desenvolvimento sustentável dos territórios abrangidos pela área protegida, por se tratar de uma organização com incidência no território de Peniche e que se espera seja promotora e dinamizadora de projetos inovadores na área classificada como Reserva da Biosfera das Berlengas – UNESCO.» (Doc.506 NIPG 3887/20)*

INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DA CÂMARA MUNICIPAL:

Usaram da palavra os seguintes membros da Câmara: -----

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino

Disse que se manteve a proposta, que se trocaram impressões com os parceiros e que se entendeu que quanto maior a Comissão maior dificuldade terá em termos de funcionalidade, sendo a orientação para a composição, no máximo, de cinco pessoas. Manifestou a sua opinião em alargar a mais entidades o Conselho Estratégico. -----

Senhor Vereador Filipe Sales

Disse que a proposta será viabilizada, mas que sendo sensíveis ao facto da funcionalidade existe o outro lado de haver mais sensibilidade local quanto maior for a representatividade local na Comissão para defender os interesses da comunidade local. -----

APOIOS DIVERSOS:

23) Atribuição de apoio financeiro à Associação Patrimonium - Centro de Estudos e Defesa do Património da Região de Peniche, para aquisição de mobiliário para a sede – Pelouro da Cultura: -----

Deliberação n.º 721/2020: Deliberado aprovar a proposta da senhora Vereadora Ana Rita Petinga, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: - «Considerando o pedido da Associação Patrimonium de cedência de material usado para equipar a sua sede, a informação da DAF – Cultura n.º 1482/2020, de 30 de junho, e não dispondo o Município de equipamento apropriado ao local e uso a dar, no uso da competência da alínea u) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, , proponho que a Câmara

Municipal atribua, à Associação Patrimonium, um subsídio no valor de 250,00 euros, para aquisição de mobiliário para a sua sede.» (Doc.507 NIPG 9872/20) -----

REUNIÕES DE CÂMARA:

24) Alteração ao Regimento da Câmara Municipal de Peniche:-----

Deliberação n.º 722/2020: Foi presente a proposta do senhor Vereador do Partido Socialista, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 53.º da Lei n.º 75/2013, que a seguir transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: - «A Câmara Municipal de Peniche na sua reunião de 27 de janeiro de 2020, aprovou, por maioria, a deliberação n.º 110/2020 - Admissão da gravação em vídeo e alojamento online das reuniões ordinárias públicas da Câmara Municipal.

A Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, prevê no seu artigo 35.º (Competências do Presidente da Câmara), n.º 1 – “Compete ao Presidente da Câmara Municipal: alínea b) – Executar as deliberações da Câmara Municipal e coordenar a respetiva atividade;”

Ora, até ao momento, o Senhor Presidente da Câmara não deu execução à referida deliberação. Admitimos que a situação de pandemia que o País vive desde meados de março deste ano, não possibilitou a execução desta deliberação, até por efeitos da Lei n.º 1-A/2020 que estabeleceu condições especiais ao funcionamento das reuniões dos órgãos executivos das autarquias locais. De forma a complementar a referida deliberação e a ajustá-la ao funcionamento das reuniões ordinárias públicas da Câmara Municipal e tendo em conta que compete à Câmara Municipal, de acordo com a Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no seu artigo 39.º (Competências de funcionamento), alínea a) elaborar e aprovar o regimento, apresenta-se a seguinte proposta de alteração do Regimento em vigor, introduzindo a seguinte alteração ao artigo 14.º (Reuniões Públicas) dois novos pontos:

7– As reuniões públicas da Câmara são objeto de gravação, áudio e vídeo e transmitidas em *live streaming*.

8– As reuniões realizadas de acordo com o ponto anterior, são colocadas em alojamento online no site do Município para consulta pública.

A serem aprovadas estas alterações, o artigo 14.º do Regimento da Câmara Municipal de Peniche, passará a ter a seguinte redação:

ARTIGO 14.º

Reuniões públicas

1 – A primeira e a terceira reunião ordinária de cada mês é pública, as quais têm início às 9h30.

2 – Nas reuniões ordinárias públicas, antes do período de antes ordem do dia, é reservado um período de 60 minutos para a intervenção do público, durante o qual são prestados os esclarecimentos solicitados.

3 – Os munícipes interessados em participar devem proceder à inscrição prévia.

4 – Das inscrições dos munícipes, devidamente identificados, deverá constar um breve resumo do assunto a tratar, que deverá ser de interesse coletivo e/ou público.

5 – As intervenções do público serão ordenadas pela ordem de inscrição.

6 – A nenhum cidadão é permitido, sob qualquer pretexto, intrometer-se nas discussões e aplaudir ou reprovando as opiniões emitidas, as votações feitas e as deliberações tomadas, sob pena de ser aplicado o preceituado no n.º 5 do artigo 49.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

7 – As reuniões públicas da Câmara são objeto de gravação, áudio e vídeo e transmitidas em *live streaming*.

8 – As reuniões realizadas de acordo com o ponto anterior, são colocadas em alojamento online no site do Município para consulta pública.» -----

Deliberado, por maioria, com quatro votos a favor dos membros da Câmara eleitos pelo Partido Social Democrata, pelo Partido Socialista e pela Coligação Democrática Unitária, e três votos

contra dos membros da Câmara eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche, aprovar a proposta para alteração ao Regimento da Câmara Municipal de Peniche. O senhor Vereador eleito pela Coligação Democrática Unitária informou que iria entregar declaração de voto sobre este assunto. (Doc.508 NIPG 10091/20) -----

APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA:

Deliberação n.º 723/2020: Para efeitos de execução imediata, a Câmara deliberou aprovar a minuta da presente ata, nos termos do número três do artigo quinquagésimo sétimo do anexo um da lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro. -----

ENCERRAMENTO:

Sendo dezassete horas e quarenta e cinco minutos, o senhor Presidente declarou encerrada a reunião, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que contém um resumo do que de essencial nela se passou, nos termos do número um do artigo quinquagésimo sétimo do anexo um da lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, que eu, *Josselène Nunes Teodoro*, Chefe da Divisão de Administração e Finanças, subscrevo. -----

APROVAÇÃO:

A presente ata foi aprovada e assinada na reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada no dia 26 de outubro de 2020, tendo sido deliberado dispensar a sua leitura, por o respetivo texto haver sido previamente distribuído pelos membros da Câmara Municipal, ao abrigo do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 45 362, publicado em 21 de novembro de 1963. -----

O Presidente da Câmara Municipal,

(assinado no original)

A Chefe da Divisão de Administração e Finanças,

(assinado no original)
